

A large, detailed portrait of John Calvin, a bearded man wearing a black cap and a dark garment with a white collar. The portrait is rendered in a classical style with soft shading.

VOLUME 1

Apostila de Estudo **Calvinismo**

PRIMEIRA EDIÇÃO



CARLA FIGUEIRA

Serva do Senhor, Esposa e Mãe
Missionária consagrada pela
Igreja Ministério de Fé em São
Pedro da Aldeia - RJ

Qual a importância de estudar uma das correntes teológicas mais influentes da história do cristianismo?

Os ensinamentos de João Calvino destacam a soberania de Deus, a salvação pela graça e a importância da Bíblia como única regra de fé.

Suas doutrinas geraram debates profundos e moldaram igrejas por séculos.

Este estudo oferece uma compreensão sobre as idéias que transformaram a fé cristã e continuam a impactar milhões de pessoas ao redor do mundo.

Prepare-se para descobrir os fundamentos de uma das mais poderosas correntes teológicas da Reforma!

Sumário

Calvinismo	01
Quem foi João Calvino?	01
Companheiros certos	02
Teologia de Calvino	05
As Institutas de Calvino	06
O primeiro Calvinista: Theodore Beza	07
Os Acréscimos Teológicos de Beza	09
» Predestinação	09
» A Igreja e o Estado	10
» Superintendência Eclesiástica	11
» Teologia da Aliança	11
Deturpações e Adaptações	12
O Calvinismo na História	15
» Início do Calvinismo no Século XVI	15
» O Calvinismo no Século XVII	16
» O Calvinismo no Século XVIII e XIX	17
» O Calvinismo no Século XX e XXI	18
» O Calvinismo Hoje	18
O Sínodo de Dort e os 5 Pontos	23
» O Sínodo de Dort	23
» Os Cânones de Dort	24
» Os Cinco Pontos do Calvinismo	24
A Confissão de Westminster	25
Conclusão	26
Bibliografia	27

Apêndice:

Os Cânones de Dort

Confissão de Westminster

Calvinismo

Quem foi João Calvino?

João Calvino nasceu em 10 de julho de 1509 na França em uma família de classe média. Seu pai era secretário e advogado da catedral de Noyon, e sua mãe, de origem nobre. A princípio, Calvino se preparava para seguir a carreira eclesiástica, mas seu pai queria que ele se tornasse advogado. Por isso, ele estudou Direito na Universidade de Orléans, e mais tarde, em Bourges.

Porém, seu interesse por temas religiosos e teológicos começou a crescer durante seus anos de estudos, e isso mudaria sua vida para sempre.

Nos anos de 1520, ele começou a se aproximar das ideias críticas de Martinho Lutero a respeito da Igreja Católica e chamando atenção para a necessidade de uma reforma espiritual. Ao perceber a corrupção e os abusos da Igreja Católica, Calvino aderiu a essas idéias de Lutero, mas a sua conversão ao protestantismo foi gradual, rompendo definitivamente com a Igreja Católica por volta de 1530, e passando a adotar as ideias reformadas de Lutero.

Rapidamente ele desenvolveu suas próprias teorias teológicas, que mais tarde seriam conhecidas como “calvinismo”.

Em 1536, Calvino publicou sua obra mais famosa, “*As Institutas da Religião Cristã*”, na qual expunha suas ideias teológicas e buscava explicar de forma clara e acessível as doutrinas fundamentais da fé cristã segundo a perspectiva reformada. A obra de Calvino rapidamente se

espalhou por toda a Europa e se tornou um marco da Reforma.

Companheiros certos

O teólogo e pregador francês Guilherme Farel (1489-1565) foi um dos principais líderes da Reforma Protestante na Suíça onde foi uma das primeiras figuras a pregar contra a Igreja Católica e a estabelecer uma base protestante.

Farel era conhecido por sua personalidade intensa e missionária e não tinha medo de confrontar autoridades e utilizar sua pregação para desafiar as estruturas religiosas com o objetivo de reformar a Igreja. Farel foi um dos primeiros a pregar a doutrina da justificação pela fé e outros princípios protestantes na Suíça.

A ligação entre Farel e Calvino começou em 1536, quando Calvino viajava para a cidade de Estrasburgo. Calvino já havia publicado sua obra prima que sistematizava sua teologia reformada, mas ele ainda não havia se envolvido diretamente com a Reforma em termos de liderança prática.

Ao saber que Calvino estava em Genebra, Farel procurou encontrá-lo, pois estava buscando alguém que tivesse a formação intelectual necessária para ajudar a consolidar a Reforma em Genebra, que estava em um momento decisivo. Quando Calvino chegou à cidade, Farel ficou impressionado com sua teologia e intelecto e o convocou para se juntar à reforma de Genebra, convencendo-o de que era sua responsabilidade ajudar na obra que estava em andamento.

Farel confrontou Calvino de maneira intensa e até agressiva, segundo relatos históricos, e o desafiou a ficar

em Genebra para ajudar a estabelecer a nova igreja protestante.

Calvino relutou no começo se sentindo pressionado pela intensidade de Farel, mas decidiu se envolver.

Observe o exemplo que sempre falamos aqui sobre estudar, Farel precisava de alguém graduado para consolidar a reforma em Genebra.

Após a intervenção de Farel, Calvino permaneceu em Genebra e passou a se envolver no movimento reformista, assumindo um papel de liderança na formação de uma nova igreja com base nas doutrinas da Reforma. Farel e Calvino começaram a trabalhar juntos estabelecendo uma igreja protestante reformada de acordo com os princípios bíblicos de Calvino. Eles estabeleceram o sistema de governo presbiteriano, que organizava a igreja com presbíteros (líderes leigos e clérigos) e enfatizavam a soberania de Deus, a justificação pela fé e a autoridade das Escrituras.

No entanto, essa colaboração não durou muito. Em 1538, devido a tensões com as autoridades políticas e eclesiásticas locais (principalmente por conta da disciplina e moral religiosa que Calvino e Farel queriam impor), ambos foram expulsos de Genebra.

Após a expulsão, Calvino se retirou para Estrasburgo, onde continuou seu trabalho de pregação e teologia, mas em 1541, ele foi convidado a retornar a Genebra, onde sua presença foi fundamental para consolidar a teologia calvinista e estabelecer o sistema de governo da igreja que até hoje é associado ao calvinismo. Farel continuou a ser ativo na Reforma na Suíça, já não tinha o mesmo

papel de liderança em Genebra, mas o trabalho inicial de ambos estabeleceu as bases da Igreja Reformada na cidade.

Farel era mais pragmático e missionário enquanto Calvino possuía uma teologia mais sistemática e detalhada. Essa diferença de ênfases foi uma característica importante da parceria, pois Calvino trouxe uma profundidade teológica ao movimento

Embora a colaboração tenha sido relativamente breve, ela foi essencial para a fundação da Igreja Reformada em Genebra e para o desenvolvimento do calvinismo como uma corrente teológica significativa.

Calvino não só influenciou a vida religiosa em Genebra, mas também o sistema político e social. Ele acreditava que a igreja e o estado deveriam estar alinhados, com os líderes religiosos sendo os responsáveis por guiar moralmente a sociedade. Assim, ele ajudou a estabelecer um sistema de governo em Genebra no qual os pastores e os anciãos tinham uma grande autoridade, e a vida social seguia normas religiosas estritas (um novo catolicismo?).

Durante seus anos em Genebra, Calvino organizou a igreja da cidade, estabeleceu um sistema educacional e promovia o trabalho duro, a educação e a vida moral como pilares da sociedade cristã. As suas doutrinas de predestinação, a ideia de que Deus já havia escolhido quem seria salvo e quem seria condenado, também se tornaram centrais no pensamento calvinista.

João Calvino passou os últimos anos de sua vida em Genebra, onde continuou a trabalhar na igreja e na vida pública da cidade. Sua saúde, no entanto, começou a deteriorar-se, e ele sofria de problemas de saúde crônicos,

como malária e pedras nos rins. Mesmo assim, ele continuou trabalhando até o fim.

Calvino morreu em 27 de maio de 1564, aos 54 anos. Seu corpo foi enterrado em Genebra, sem grandes cerimônias, como ele havia solicitado. No entanto, seu legado sobreviveu por séculos, moldando as tradições protestantes e impactando a cultura ocidental.

A influência de João Calvino foi imensa no campo religioso, na política e no social. Suas ideias se espalharam por toda a Europa, especialmente na França, Escócia, Países Baixos (Holanda), Alemanha e, posteriormente, na América do Norte, com a colonização da Nova Inglaterra pelos puritanos.

Calvino também teve um impacto importante no desenvolvimento do capitalismo. Alguns estudiosos, como Max Weber, argumentam que a ética calvinista de trabalho árduo e ascetismo (filosofia de vida que se baseia em práticas que visam o desenvolvimento espiritual, como o refreamento de prazeres mundanos) contribuiu para o crescimento do capitalismo moderno, especialmente nos países onde o calvinismo estava presente.

Em termos teológicos, o calvinismo influenciou muitas igrejas reformadas ao longo da história, e suas ideias ainda são a base para várias denominações protestantes, como a Igreja Reformada e a Igreja Presbiteriana.

Teologia de Calvino

A teologia de João Calvino é conhecida por suas ênfases em temas como a soberania absoluta de Deus, a predestinação e a justificação pela fé. Esses pontos formam a base do que os calvinistas acreditam ser a verdadeira mensagem do cristianismo.

- **A Soberania de Deus:** Para Calvino, Deus é o soberano absoluto sobre o universo. Nada acontecia sem o seu controle direto. A ideia de que Deus tem o poder e o direito de governar todas as coisas é uma das bases da sua teologia.

- **Predestinação:** Calvino acreditava que Deus, desde antes da criação do mundo, já havia decidido quem seria salvo (os eleitos) e quem seria condenado (os réprobos). Esse conceito gerou debates intensos, mas também foi uma característica marcante do pensamento calvinista.

- **Justificação pela Fé:** Semelhante a Lutero, Calvino defendia a ideia de que a salvação vinha apenas pela fé em Jesus Cristo, e não pelas boas obras ou pelos rituais da igreja, ou seja, a salvação é obra exclusiva de Deus e não de qualquer esforço humano.

As Institutas de Calvino

As Institutas são divididas em 4 livros sob as temáticas abordadas são:

- **Livro I: Conhecimento de Deus**

Aborda a importância de conhecer Deus e a criação. Calvino argumenta que o conhecimento de Deus é fundamental para a vida cristã e que, através da revelação, podemos entender Sua natureza.

- **Livro II: Conhecimento do Homem**

Calvino discute a natureza humana, a queda do homem e a necessidade de redenção. Ele enfatiza a depravação total do ser humano e a necessidade da graça divina.

- **Livro III: A Redenção em Cristo**

Dedicado à obra de Cristo. Calvino detalha a importância da fé, da justificação e do papel da graça na salvação,

propondo que a salvação é um dom de Deus, acessível pela fé.

• Livro IV: A Vida Cristã

O último livro trata da ética cristã, dos sacramentos e da organização da igreja. Calvino discute como os cristãos devem viver em sociedade e a importância da disciplina na comunidade cristã.

O primeiro Calvinista: Theodore Beza

Theodore Beza nasceu na baixa nobreza da França e recebeu uma excelente educação como preparação para sua carreira de advogado. Depois de completar a sua educação Beza levou uma vida pervertida em Paris durante uma década até que ele estave de cama e perto da morte por um tempo. Então, em 1548, Deus o trouxe de volta à razão. Beza voltou ao seu compromisso com Jesus e fugiu da França para a causa reformada na Suíça. Ele começou a ensinar pastores em Lausanne e em 1558 foi chamado à Genebra para servir sob as ordens de João Calvino.

Beza e Calvino desenvolveram um vínculo estreito nos últimos anos da vida de Calvino que escreveu que se importava “profundamente com Beza, que me ama mais do que um irmão e me honra mais do que um pai”.

Exceto por algumas viagens fora da cidade-estado suíça, Beza passou o resto de sua vida em Genebra, muitas vezes em condições difíceis. Ele nunca soube se os católicos iriam invadir a cidade e massacrar seus habitantes e ele teve que lutar contra a crescente polêmica luterana contra os protestantes reformados.

Com a morte de Calvino, a responsabilidade caiu sobre ele para liderar a reforma em Genebra em 1564. Durante os próximos 40 anos ele serviu como pastor e mestre.

Embora o pai do calvinismo seja João Calvino foi Beza quem deu formal ao que hoje chamamos de calvinismo, explicando e defendendo as doutrinas bíblicas que Calvino havia redescoberto.

Por meio de seu ministério de ensino e escrita, Beza defendeu a responsabilidade da justiça de Cristo como essencial para a justificação do pecador, explicou a justiça da dupla predestinação e expôs o conforto que um crente recebe da expiação final de Cristo.

Além da liderança pastoral, Beza forneceu à jovem Igreja Reformada de língua francesa a literatura necessária para ajudar em seu crescimento.

Durante sua vida, Beza ficou mais conhecido por seu trabalho no Novo Testamento, culminando em suas Anotações do Novo Testamento. Esta obra-prima linguística inclui o texto grego do Novo Testamento, a tradução da Vulgata latina e a tradução original de Beza para o latim. Beza acrescentou suas notas de rodapé textuais e notas explicativas, mostrando que a fé reformada era claramente bíblica. Suas notas nas anotações influenciaram a tradução da Bíblia para o inglês a partir de 1560, e a **Bíblia de Genebra** se tornou a tradução mais popular da Bíblia entre os puritanos. O texto grego que Beza publicou foi o mesmo usado pelos tradutores da Bíblia King James de 1611.

Os Acréscimos Teológicos de Beza

Theodore Beza, discípulo fiel e sucessor de Calvino, foi responsável por dar continuidade ao trabalho teológico do mestre, mas também fez acréscimos em relação às ideias de Calvino. Gerando um impacto no desenvolvimento da tradição calvinista.

» Predestinação

- Predestinação em Calvino: Para Calvino, a predestinação era, principalmente, a escolha soberana de Deus. Ele acreditava que Deus escolhia as pessoas para a salvação (os "eleitos") e deixava as demais para a condenação, e que essa escolha de Deus não dependia de nenhuma ação ou mérito humano. Era uma decisão totalmente gratuita de Deus, sem qualquer influência humana.

- Predestinação em Beza: Beza fez acréscimos na doutrina que é uma das pedras angulares da teologia calvinista, a predestinação.

Enquanto Calvino já acreditava na predestinação, Beza aprofundou essa doutrina, acrescentando uma definição mais rigorosa e detalhada ao conceito de dupla predestinação, onde Deus destinava tanto os eleitos para a salvação quanto os réprobos (os condenados) para a perdição.

Beza acreditava que essa ação de Deus era completamente justa, já que Ele, sendo soberano, tinha o direito absoluto de decidir o destino eterno de cada ser humano. Esse detalhe foi uma expansão das ideias de Calvino, tornando a doutrina da predestinação ainda mais rigorosa e definida.

Beza também refutou algumas críticas ao calvinismo que surgiam, principalmente, de outras correntes protestantes e católicas, que argumentavam que essa visão de predestinação era injusta. Ele defendia que, ao ser Deus soberano, Deus poderia agir como bem entendesse, e que os seres humanos não tinham o direito de questionar a Sua justiça.

» A Igreja e o Estado

- A Igreja em Calvino:

Para Calvino, a igreja tinha uma função moral e espiritual na sociedade, mas não possuía autoridade política absoluta. Ele defendia uma separação entre o poder religioso e o poder político, embora acreditasse que os governantes seculares deveriam seguir os princípios morais cristãos e trabalhar em harmonia com a igreja. Ele via a igreja como um “contrapeso moral” para o poder temporal, ajudando a guiar a sociedade de acordo com os preceitos bíblicos.

- A Igreja em Beza:

Enquanto Calvino já via a igreja como uma autoridade moral e espiritual que deveria reger a sociedade, Beza foi mais longe, defendendo explicitamente a ideia de uma teocracia reformada, onde a autoridade e o poder da Igreja deveriam estar acima do poder secular. Governantes e os líderes da igreja deveriam estar unidos em sua missão de governar segundo os princípios divinos.

Esse ponto de vista influenciou a política de várias regiões da Europa onde o calvinismo se espalhou, como os Países Baixos e a Escócia.

» Superintendência Eclesiástica

• Autoridade Pastoral em Calvino:

Calvino acreditava que a igreja deveria ser governada por pastores e anciãos, que exerciam uma liderança espiritual sobre a comunidade. Essa ideia de governo eclesiástico foi, de fato, inovadora e garantiu que a Igreja Reformada tivesse uma estrutura sólida e organizada.

• Autoridade Pastoral em Beza:

Beza ampliou o sistema de governo da igreja, a ideia de superintendência eclesiástica, que já havia sido estabelecido por Calvino em Genebra.

Beza aprofundou essa estrutura, defendendo uma hierarquia eclesiástica mais rigorosa, onde os pastores não apenas guiavam a vida espiritual, mas também exerciam uma autoridade moral e até mesmo política sobre os membros da comunidade. Onde os pastores deveriam ser os líderes principais da vida cristã, com uma responsabilidade direta sobre as ações do Estado e da sociedade.

» Teologia da Aliança

• Teologia da Aliança em Calvino:

Calvino via a relação entre Deus e Seu povo como uma "aliança", uma promessa divina de fidelidade e bênçãos condicionadas à obediência.

• Teologia da Aliança em Beza:

O conceito que foi desenvolvido por Beza detalhou mais claramente a distinção entre a antiga aliança, feita com Israel, e a nova aliança, que é estabelecida através de Jesus Cristo e dirigida aos crentes em Cristo.

Deturpações e Adaptações

Após a morte de João Calvino, o calvinismo experimentou várias deturpações ou adaptações, com algumas interpretações que distorceram ou exageraram certos aspectos da sua teologia. Essas mudanças ocorreram principalmente devido a disputas doutrinárias, tensões internas e influências contextuais, como o movimento arminiano, o surgimento do hypercalvinismo e a formalização excessiva das doutrinas calvinistas.

Mas também houve esforços para manter a teologia calvinista viva e relevante, como no caso do neo-calvinismo. A história do calvinismo após Calvino é uma história de continuidade e inovação, com muitos desafios.

Alguns teólogos que surgiram após Calvino exageraram ou distorceram a ênfase na predestinação, fazendo com que a questão da eleição divina se tornasse um ponto central de obsessão teológica que poderia ser vista como uma "deturpação" do legado de Calvino.

Calvino teve uma visão bem estruturada e prática sobre o governo da igreja. No sistema eclesiástico que implementou em Genebra, os presbíteros e os diáconos eram responsáveis pela liderança espiritual da igreja, e as decisões eram tomadas coletivamente, sem um controle centralizado.

Porém, após sua morte, algumas interpretações e práticas de governo eclesiástico começaram a se afastar do modelo de Calvino, especialmente quando o calvinismo se espalhou para diferentes países e contextos:

Países Baixos (Holanda): Foi implementado um presbiterianismo mais rígido, uma adaptação das ideias calvinistas, mas com uma formalização excessiva, longe

da flexibilidade prática de Calvino. Calvino não defendia um sistema rígido de hierarquia clerical e enfatizava a autonomia das igrejas locais.

Igreja na Inglaterra e Escócia: O calvinismo foi adaptado nas igrejas anglicanas e presbiterianas (principalmente na Igreja da Escócia) levando a algumas tensões internas e divisões. A Reforma Anglicana, em particular, levou a um calvinismo mais moderado e institucional que contrastava com a ênfase mais rígido e prático de Calvino.

- *Hypercalvinismo*

Após a morte de Calvino surge o movimento conhecido como hypercalvinismo. O termo é usado para descrever uma interpretação extrema das doutrinas calvinistas, especialmente no que diz respeito à predestinação e ao conceito de graça irresistível.

Alguns teólogos que seguiam as doutrinas calvinistas de forma rígida e sem moderadas explicações práticas passaram a enfatizar que somente os eleitos (predestinados) poderiam receber a graça de Deus de maneira eficaz. A ideia de evangelizar ou pregar para todos os homens se tornou irrelevante, pois eles acreditavam que somente os eleitos responderiam positivamente ao evangelho. Isso levou a uma exclusividade radical na prática da fé cristã.

O movimento levou algumas igrejas a se tornarem intolerantes e a abandonar a ideia de missão para o mundo, afinal, qual a necessidade de evangelizar aqueles que não eram "eleitos". Calvino defendia a pregação ampla do evangelho e a confiança de que a graça de Deus poderia ser eficaz em todos os que ouvissem a mensagem.

- *A Reforma de Westminster*

O Catecismo de Westminster (1647), produzido no contexto da Reforma Inglesa, foi uma tentativa de sistematizar as doutrinas calvinistas. Embora, em sua essência, ainda se mantenha fiel às ideias de Calvino, o documento e suas interpretações subsequentes foram criticados por alguns como uma formalização excessiva e um foco demasiado dogmático.

Junto com as confissões posteriores, o Catecismo ajudou a consolidar um conjunto de doutrinas e normas de fé que poderiam ser vistas como legalistas em alguns contextos.

Para alguns teólogos posteriores, o foco em uma rigorosa padronização confessionais e a ortodoxia teológica poderia ser uma forma de substituir a liberdade e a ação do Espírito Santo na vidas dos crentes.

- *Neo-Calvinismo*

No final do século XIX e início do século XX, o movimento neo-calvinista, representado por figuras como Abraham Kuyper e Herman Bavinck, trouxe inovações ao calvinismo, com ênfase na soberania de Deus sobre todas as áreas da vida, incluindo a cultura, a ciência e a política.

O neo-calvinismo também foi caracterizado por um forte engajamento social e cultural, em contraste com o calvinismo mais rigoroso e introspectivo do passado.

As ideias de Kuyper e Bavinck são consideradas um "revival" ou uma expansão da teologia calvinista, porém muitos veem esses movimentos como uma mudança nas ênfases de Calvino, especialmente na relação entre fé e cultura e na forma como os cristãos se relacionam com o mundo secular.

O Calvinismo na História

» Início do Calvinismo no Século XVI

Em 1536 João Calvino publica sua principal obra, *As Institutas da Religião Cristã*, onde consolidou suas ideias sobre a soberania de Deus, a predestinação e a centralidade das Escrituras. Calvino acreditava que a salvação era uma obra exclusiva de Deus, e que Ele já havia escolhido, desde antes da fundação do mundo, aqueles que seriam salvos (os eleitos) e aqueles que seriam condenados (os réprobos).

A cidade de Genebra se tornou um centro de disseminação do calvinismo e, sob a liderança de Calvino, experimentou uma reforma social e religiosa que teve grande impacto em toda a Europa.

Após a morte de Calvino em 1564, o calvinismo se espalhou rapidamente para outros países, especialmente pelas colônias europeias. Na França, os seguidores de Calvino foram chamados de huguenotes e enfrentaram intensas perseguições, incluindo as Guerras Religiosas entre católicos e protestantes no século XVI.

A famosa Noite de São Bartolomeu (1572), onde milhares de huguenotes foram massacrados, ilustra o clima de tensão religiosa da época.

Na Inglaterra, o calvinismo foi adotado de maneira mais moderada, especialmente durante o reinado de Elizabeth I (1558-1603), que buscava estabelecer um compromisso entre o catolicismo e o protestantismo reformado.

O puritanismo, um movimento reformista dentro do anglicanismo, também recebeu grande influência do calvinismo e se espalhou para as colônias americanas, especialmente na Nova Inglaterra.

Mas foi na Holanda, onde o calvinismo encontrou um terreno fértil para seu crescimento, especialmente após a revolta contra a Espanha católica (1568-1648). Os Países Baixos se tornaram um defensor do calvinismo, e as ideias reformadas influenciaram profundamente a política, a economia e a cultura da região.

A famosa República das Sete Províncias Unidas (1581-1795), que mais tarde se tornaria a atual Holanda, adotou o calvinismo como religião oficial, e sua independência foi conquistada em grande parte graças ao apoio das comunidades protestantes.

» O Calvinismo no Século XVII

No século XVII, o calvinismo enfrentou diversos desafios, tanto internos quanto externos. No interior da Igreja Reformada, surgiram debates sobre a predestinação e a liberdade humana, além de discussões sobre a natureza da igreja e a relação entre a igreja e o Estado.

Em 1618-1619, o Sínodo de Dort (na Holanda) foi convocado para resolver disputas doutrinárias, como o arminianismo, que defendia a ideia de que a salvação era acessível a todos os seres humanos, e não apenas aos eleitos.

O Sínodo de Dort reafirmou as doutrinas calvinistas, incluindo a predestinação incondicional e a depravação total do ser humano.

O calvinismo continuou a se expandir em diversas partes do mundo. No Império Britânico, o calvinismo se consolidou nas colônias norte-americanas, onde teve uma influência importante nas tradições culturais e políticas, incluindo o desenvolvimento do conceito de governo

representativo e a ênfase no trabalho árduo e na prosperidade material.

A economia capitalista, particularmente em sua fase inicial, foi também influenciada pelo calvinismo, especialmente pela ênfase na ética do trabalho. O sociólogo alemão Max Weber publicou em 1905 sua obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, onde argumenta que a ética calvinista, com seu foco na disciplina, no trabalho árduo e na acentuada responsabilidade pessoal, ajudou a criar as bases para o desenvolvimento do capitalismo moderno.

» O Calvinismo no Século XVIII e XIX

No século XVIII, o calvinismo passou por uma série de mudanças, em parte devido ao movimento iluminista e à crescente secularização da sociedade. No entanto, o calvinismo continuou a ser uma força significativa na vida religiosa e política de vários países, incluindo a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, a Grande Despertar (1730-1740), um movimento de avivamento religioso que teve um grande impacto nas colônias, também foi influenciado pelo calvinismo. Pregadores como Jonathan Edwards (1703-1758) e George Whitefield (1714-1770) foram figuras-chave nesse movimento, que enfatizava a necessidade de uma experiência pessoal de conversão e a busca por uma vida de santidade.

No século XIX, o calvinismo continuou a se expandir globalmente, especialmente através da missão protestante. Missionários calvinistas se espalharam por regiões da África, Ásia e América Latina, levando suas doutrinas a populações que ainda eram em grande parte não cristãs.

» O Calvinismo no Século XX e XXI

O século XX foi um período de grandes desafios para o calvinismo. O surgimento do modernismo e a crescente influência do fundamentalismo cristão dividiram ainda mais o mundo protestante, com algumas denominações calvinistas adotando uma postura mais liberal e outras se mantendo fiéis às doutrinas tradicionais.

No entanto, apesar do declínio da prática calvinista em algumas áreas, como a Europa Ocidental, o calvinismo experimentou um renascimento em outras regiões. No movimento reformado nos Estados Unidos, por exemplo, houve uma renovação das igrejas calvinistas, com o fortalecimento de comunidades reformadas, presbiterianas e outras igrejas de linhagem calvinista. Em países como Coreia do Sul e África, o calvinismo tem ganhado cada vez mais adeptos, impulsionado pelo trabalho missionário e pelas novas gerações de crentes.

» O Calvinismo Hoje

Hoje, o calvinismo continua a ser uma das principais correntes do cristianismo protestante, com uma rica herança teológica e cultural. Suas doutrinas, como a soberania de Deus e a predestinação, continuam a ser debatidas e vividas por milhões de cristãos ao redor do mundo.

O calvinismo moderno, no entanto, enfrenta novos desafios em um mundo cada vez mais secularizado e pluralista. Embora continue a ser uma força importante no cristianismo global, especialmente nas igrejas presbiterianas e reformadas, ele também precisa responder às questões contemporâneas sobre ética, política e fé.

Os principais teólogos que contribuíram para o desenvolvimento da teologia calvinista:

- **João Calvino** (1509-1564)

Fundador do movimento teológico conhecido como Calvinismo. Autor da obra que sistematizou suas doutrinas sobre a soberania de Deus, a predestinação, a autoridade das Escrituras e a depravação total da humanidade. Foi a figura central da Reforma Protestante na Suíça, especialmente em Genebra, onde implementou uma teocracia calvinista.

- **Theodore Beza** (1519-1605)

Discípulo de João Calvino e sucessor na liderança da Igreja de Genebra. É conhecido por seu trabalho de consolidar e expandir a teologia calvinista, especialmente no que diz respeito à predestinação. Foi uma figura chave no desenvolvimento da teologia reformada e na defesa da doutrina da "predestinação incondicional".

- **Franciscus Gomarus** (1563-1641)

Teólogo holandês que desempenhou um papel importante nas disputas teológicas com os arminianos, que negavam a doutrina da predestinação incondicional. Gomarus foi um defensor veemente do calvinismo ortodoxo e desempenhou um papel significativo no Sínodo de Dort (1618-1619), que reafirmou as doutrinas calvinistas e condenou o arminianismo.

- **Jacobus Arminius** (1560-1609)

Embora fosse um não calvinista, Arminio foi um teólogo que influenciou profundamente a teologia cristã com suas críticas ao calvinismo, especialmente em relação à predestinação. Sua doutrina levou ao surgimento do

arminianismo, uma visão rival ao calvinismo, o que gerou o Sínodo de Dort para resolver a controvérsia.

- **John Owen** (1616-1683)

Teólogo puritano inglês e uma das figuras centrais do calvinismo nos séculos XVII e XVIII. Owen é conhecido por sua defesa da soberania divina, da graça irresistível e da perseverança dos santos. Sua obra mais conhecida é A Morte da Morte em A Morte de Cristo, na qual discute a obra expiatória de Cristo.

- **Richard Baxter** (1615-1691)

Embora muitas vezes associado ao calvinismo, Baxter foi mais moderado em suas visões teológicas, defendendo uma versão mais "amigável" do arminianismo dentro da tradição puritana. Em seus escritos, ele procurou equilibrar o calvinismo com a ênfase no livre-arbítrio e na responsabilidade humana.

- **Herman Bavinck** (1854-1921)

Teólogo reformado holandês e um dos principais expoentes do calvinismo no final do século XIX e início do século XX. Bavinck escreveu a famosa obra A Teologia Sistemática, onde defende uma visão calvinista robusta e aprofundada, incluindo a teologia natural, a graça comum e a relação entre fé e razão. Ele também foi uma figura chave no movimento de Renovação Reformada no contexto europeu.

- **Abraham Kuyper** (1837-1920)

Teólogo, filósofo e político holandês, Kuyper foi uma figura central no movimento neo-calvinista. Ele enfatizou a soberania de Deus sobre todas as áreas da vida, incluindo a política, a cultura e a ciência, o que ficou conhecido como a teoria da soberania das esferas. Kuyper também

fundou a Universidade Livre de Amsterdã, e seu pensamento influenciou profundamente o calvinismo em contextos acadêmicos e sociais.

• **Louis Berkhof** (1873-1957)

Teólogo reformado de origem holandesa, Berkhof é conhecido principalmente por sua obra Teologia Sistemática, que se tornou uma das referências principais do calvinismo no século XX. Ele sistematizou as doutrinas calvinistas de maneira clara e acessível, tornando-se uma das figuras mais influentes na teologia reformada do século XX.

• **J. I. Packer** (1926-2020)

Teólogo anglo-canadense, Packer foi uma das figuras mais proeminentes do calvinismo contemporâneo. Seu livro Conhecendo a Deus (1973) foi uma obra fundamental para a teologia reformada moderna, e ele também defendeu as doutrinas calvinistas clássicas em um contexto contemporâneo. Packer também foi um defensor do movimento “Evangelicalismo Conservador” e da importância do calvinismo na igreja moderna.

• **R. C. Sproul** (1939-2017)

Contribuições principais: Teólogo e pastor presbiteriano norte-americano, Sproul foi uma das figuras mais conhecidas do movimento calvinista contemporâneo. Fundador do “Ministérios Ligonier”, ele escreveu extensivamente sobre as doutrinas da justificação pela fé, sola scriptura, e a soberania de Deus. Sua obra Deus em Sua Santidade e os livros sobre a teologia reformada ajudaram a popularizar o calvinismo no mundo evangélico moderno.

• **Timothy Keller** (1950-2023)

Contribuições principais: Pastor e teólogo reformado norte-americano, Keller é conhecido pelo seu trabalho evangelístico e pastoral, especialmente no contexto urbano. Como fundador da Igreja Redentor Presbiteriano em Nova York, Keller enfatizou a teologia reformada e suas implicações práticas para a vida cristã, destacando o evangelho, a graça e a relevância do calvinismo na sociedade contemporânea. Seu livro A Razão para Deus é um exemplo de como o calvinismo pode ser apresentado em um contexto culturalmente relevante.

• **John Piper** (1946-)

Teólogo e pastor norte-americano, Piper é uma das figuras mais influentes no movimento calvinista contemporâneo. Ele fundou o ministério “Desejando a Deus” e escreveu vários livros sobre a soberania de Deus, a alegria cristã e a predestinação. Piper é um defensor do calvinismo moderno e é conhecido por sua ênfase na glorificação de Deus como o objetivo principal da vida cristã.

• **Michael Horton** (1964-)

Teólogo reformado norte-americano, Horton é professor e autor de várias obras sobre teologia sistemática. Ele é conhecido por sua defesa da teologia reformada em contraste com outras correntes protestantes, como o arminianismo. Seu livro A Teologia Sistemática apresenta uma abordagem clara e profunda das doutrinas calvinistas, e ele tem sido uma voz importante na defesa da Justificação pela Fé e da centralidade da graça na vida cristã.

O Sínodo de Dort e os 5 Pontos

Embora os 5 pontos reflitam a teologia calvinista, João Calvino não participou diretamente da sua criação, pois esses pontos foram formulados mais de 50 anos após sua morte.

Depois da morte de Jacó Armínio, sua teologia foi liderada por Johannes Uitenbogaard e Simon Episcopius. Os arminianos se reuniram e criaram uma representação, chamada de Remonstrance. Nela, eles atacavam algumas doutrinas calvinistas e apresentaram 5 pontos com suas próprias crenças:

- 1, A eleição é baseada na previsão da fé.
- 2, Cristo morreu por todos, mas só os que têm fé recebem os benefícios da sua morte.
- 3, A regeneração (novo nascimento) é necessária para a salvação.
- 4, É possível resistir à graça de Deus.
- 5, Não se pode ter certeza da perseverança dos crentes.

Esses artigos foram assinados por 46 ministros. Os calvinistas responderam reafirmando suas doutrinas, formando assim o grupo contra-remonstrante.

» O Sínodo de Dort

Em 13 de novembro de 1618, foi iniciado o Sínodo Nacional de Dort. Ele foi financiado pelo governo holandês e composto por 84 membros, incluindo 18 comissários seculares. Entre os 84 membros, 58 eram da Holanda e 26 de outros países. O moderador foi Johannes Bogerman. O sínodo começou com um juramento de fidelidade à Palavra de Deus.

O principal objetivo do sínodo era tratar do arminianismo. Teólogos arminianos foram convocados, mas a disputa foi intensa. Os remonstrantes alegaram que o sínodo não tinha autoridade sobre eles, mas Bogerman defendeu que o sínodo estava legalmente constituído.

O documento principal discutido foi a Representação de 1610, com os 5 artigos arminianos.

» Os Cânones de Dort

O resultado do sínodo foi o Documento dos Cânones de Dort (você encontra completo no final dessa apostila), que consistia em 59 artigos, divididos em 5 pontos de doutrina. Esse documento foi assinado por todos os delegados em 23 de abril de 1619, após 154 reuniões ao longo de 7 meses. A interpretação ortodoxa foi prevalente.

Após o sínodo, mais de 200 ministros arminianos foram depostos de seus cargos. Alguns se retrataram e retornaram, mas a maioria foi banida. Embora hoje pareça uma perseguição religiosa, isso era comum na época, quando questões religiosas frequentemente se misturavam com a política.

John R. de Witt tem uma observação que muitas vezes as pessoas tentam mudar a igreja para se alinhar com suas próprias convicções, em vez de sair quando discordam.

» Os Cinco Pontos do Calvinismo

Posteriormente, os cinco pontos de calvinismo foram resumidos na sigla TULIP, para facilitar a memorização:

T: Total depravação

U: Eleição incondicional

L: Expição limitada

I: Graça irresistível

P: Perseverança dos santos

É importante salientar que os cinco pontos e os Cânones de Dort não explicam toda a doutrina reformada. Eles se concentram principalmente em destacar as diferenças entre o calvinismo e o arminianismo, especialmente sobre como a soberania de Deus se relaciona com a salvação.

A Confissão de Westminster

É um documento importante da teologia reformada, criado entre 1643 e 1649 por um grupo de teólogos e líderes cristãos na Inglaterra.

Foi desenvolvida para esclarecer e sistematizar as doutrinas cristãs de acordo com a visão calvinista, especialmente em relação à Bíblia, à salvação e à vida da igreja. A Confissão (você encontra completo no final dessa apostila) foi o resultado do Sínodo de Westminster, convocado pelo Parlamento inglês, que queria estabelecer uma fé unificada para a Igreja da Inglaterra.

A Confissão de Westminster trata de temas como a autoridade das Escrituras, a soberania de Deus, a salvação pela graça, a predestinação, os sacramentos e a organização da igreja.

Ela enfatiza que a Bíblia é a única regra infalível de fé e prática. Além disso, aborda questões importantes como a redenção oferecida por Jesus Cristo e a necessidade de os cristãos viverem de acordo com a vontade de Deus expressa na Escritura.

Embora originalmente feita para a Igreja da Inglaterra, a Confissão de Westminster influenciou muitas igrejas protestantes reformadas ao redor do mundo, como as igrejas presbiterianas. Ela ainda é usada como um guia teológico e doutrinário por muitas denominações reformadas até hoje.

CONCLUSÃO

Por mais de mais de 450 anos a teologia calvinista foi se desenvolvendo enquanto era marcada por uma série de teólogos influentes que, com suas obras e ensinamentos, moldaram o que hoje conhecemos como tradição reformada.

De João Calvino a John Piper e Timothy Keller, o calvinismo evoluiu para um conjunto teológico que permanece relevante até hoje. O pensamento calvinista, com sua ênfase na soberania de Deus, na graça irresistível, na predestinação e na autoridade das Escrituras, continua a influenciar as igrejas reformadas e o cristianismo em geral.

Que Deus ilumine o seu entendimento na certeza que essas poucas palavras servem para iluminar o início da sua caminhada. Ainda há muito mais informação a respeito desse tema. Que sua curiosidade e interesse sejam aguçados. Que Deus derrame fome e sede para buscar mais.

A seguir você terá uma listagem de livros auxiliares para compreender esse assunto, mas não se esqueça que o principal livro chama-se Bíblia Sagrada.

Que a paz de Jesus seja contigo
todos os dias da sua vida!

Livros indicados a respeito desse tema para seu crescimento:

- ▶ Calvino sobre Soberania, Providência & Predestinação - Joel Beeke
- ▶ Cinco Pontos - John Piper
- ▶ As Institutas da Religião Cristã – João Calvino
- ▶ A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo – Max Weber
- ▶ A História do Calvinismo – John Bolton
- ▶ A Igreja Reformada e a Soberania de Deus – James Hitchcock
- ▶ A Expansão do Calvinismo na Europa – John Parker
- ▶ A Era da Reforma – Roland H. Bainton
- ▶ Teologia da Reforma - Alister McGrath
- ▶ A História da Teologia Cristã – Mark A. Noll
- ▶ História da Igreja Cristã – Philip Schaff
- ▶ A Doutrina de João Calvino sobre a Predestinação – Théodore Beza
- ▶ Teologia Sistemática - Herman Bavinck
- ▶ Teologia Sistemática: A Tradição Reformada – Michael Horton
- ▶ Conhecendo o Deus que você adora - J. I. Packer
- ▶ A Filosofia e Teologia da Soberania de Deus - Abraham Kuyper
- ▶ A Pregação e a Pregação do Evangelho - D. Martyn. Lloyd-Jones
- ▶ Teologia Cristã: Uma Introdução - Alister E. McGrath
- ▶ João Calvino e Sua Teologia. - Ned B. Stonehouse
- ▶ O Mistério da Vontade de Deus - R. C. Sproul
- ▶ A História do Cristianismo: Uma História Global - Philip Jenkins
- ▶ Carta a Calvino – Guilherme Farel
- ▶ Guilherme Farel: Reformador e Missionário – Jean Léonard
- ▶ <https://projetocasteloforte.com.br/personagens-da-reforma/>

Esse material foi útil para sua Vida e Ministério?

Ajude-nos a levar mais conteúdos como esse para mais pessoas. Nosso material é disponibilizado de forma GRATUITA online no site:

<http://carlafigueira.com.br>

Pix 
Nome **CARLA DA SILVA FIGUEIRA**
Chave Pix **carlafigueiramissao@gmail.com**

Número da conta	Agência	Banco
33230257-1	0001	077 - Inter



NÃO COBRAMOS por nenhum de nossos materiais, a convicção que o Senhor nos deu é de compartilhar os ensinamentos com todos, pois Ele providenciaria as demais coisas através de pessoas improváveis.

@carlafigueirabr



Os Cânones de Dort

(1618-1619)

Fonte: monergismo.com/textos/credos/dort.htm

CAPÍTULO 1

A DIVINA ELEIÇÃO E REPROVAÇÃO

- **1.** Todos os homens pecaram em Adão, estão debaixo da maldição de Deus e são condenados à morte eterna. Por isso Deus não teria feito injustiça a ninguém se Ele tivesse resolvido deixar toda a raça humana no pecado e sob a maldição e condená-la por causa do seu pecado, de acordo com estas palavras do apóstolo: "... para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus... pois todos pecaram e carecem da glória de Deus...", e: "...o salário do pecado é a morte..." (Rom. 3:19,23; 6:23).

- **2.** Mas "Nisto se manifestou o amor de Deus em nós, em haver Deus enviado o seu Filho unigênito ao mundo...", "...para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna." (I Jo 4:9; Jo 3:16).

- **3.** Para que os homens sejam conduzidos à fé, Deus envia, em sua misericórdia, mensageiros desta mensagem muito alegre a quem e quando Ele quer. Pelo ministério deles, os homens são chamados ao arrependimento e à fé no Cristo crucificado. Porque "...como crerão naquele de quem nada ouviram? e como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão se não forem enviados?..." (Rom. 10:14, 15).

- **4.** A ira de Deus permanece sobre aqueles que não crêem neste Evangelho. Mas aqueles que o aceitam e abraçam Jesus, o Salvador, com uma fé verdadeira e viva, são redimidos por Ele da ira de Deus e da perdição, e presenteados com a vida eterna (Jo 3:36; Mc 16:16).

- **5.** Em Deus não está, de forma alguma, a causa ou culpa desta incredulidade. O homem tem a culpa dela, tal como de todos os demais pecados. Mas a fé em Jesus Cristo e também a salvação

por meio dEle são dons gratuitos de Deus, como está escrito: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus..." (Ef 2:8). Semelhantemente, "Porque vos foi concedida a graça de..." crer em Cristo (Fp 1:29).

- **6.** Deus dá nesta vida a fé a alguns enquanto não dá a fé a outros. Isto procede do eterno decreto de Deus. Porque as Escrituras dizem que Ele "...faz estas cousas conhecidas desde séculos." e que Ele "faz todas as cousas conforme o conselho da sua vontade..." (Atos 15:18; Ef 1:11). De acordo com este decreto, Ele graciosamente quebranta os corações dos eleitos, por duros que sejam, e os inclina a crer. Pelo mesmo decreto, entretanto, segundo seu justo juízo, Ele deixa os não-eleitos em sua própria maldade e dureza. E aqui especialmente nos é manifesta a profunda, misericordiosa e ao mesmo tempo justa distinção entre os homens que estão na mesma condição de perdição. Este é o decreto da eleição e reprovação revelado na Palavra de Deus. Ainda que os homens perversos, impuros e instáveis o deturpem, para sua própria perdição, ele dá um inexprimível conforto para as pessoas santas e tementes a Deus.

- **7.** Esta eleição é o imutável propósito de Deus, pelo qual Ele, antes da fundação do mundo, escolheu um número grande e definido de pessoas para a salvação, por graça pura. Estas são escolhidas de acordo com o soberano bom propósito de sua vontade, dentre todo o gênero humano, decaído pela sua própria culpa de sua integridade original para o pecado e a perdição. Os eleitos não são melhores ou mais dignos que os outros, porém envolvidos na mesma miséria dos demais. São escolhidos em Cristo, quem Deus constituiu, desde a eternidade, como Mediador e Cabeça de todos os eleitos e fundamento da salvação. E, para salvá-los por Cristo, Deus decidiu dá-los a Ele e efetivamente chamá-los e atraí-los à sua comunhão por meio da sua Palavra e seu Espírito. Em outras palavras, Ele decidiu dar-lhes verdadeira fé em Cristo, justificá-los, santificá-los, e depois, tendo-os guardado poderosamente na comunhão de seu Filho, glorificá-los finalmente. Deus fez isto para a demonstração de sua misericórdia e para o louvor da riqueza de sua gloriosa graça. Como está escrito: "... assim como nos escolheu nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante

ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito [bom propósito] de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado...". E em outro lugar: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou" (Ef 1:4-6; Rom 8:30).

- **8.** Esta eleição não é múltipla, mas ela é uma e a mesma de todos os que são salvos tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento. Pois a Escritura nos prega o único bom propósito e conselho da vontade de Deus, pelo qual Ele nos escolheu desde a eternidade, tanto para a graça como para a glória, assim também para a salvação e para o caminho da salvação, o qual preparou para que andássemos nEle (Ef 1:4,5; 2:10).

- **9.** Esta eleição não é baseada em fé prevista, em obediência de fé, santidade ou qualquer boa qualidade ou disposição, que seria uma causa ou condição previamente requerida ao homem para ser escolhido. Mas a eleição é para fé, obediência de fé, santidade, etc. Eleição, portanto, é a fonte de todos os bens da salvação, de onde procedem a fé, a santidade e os outros dons da salvação, e finalmente a própria vida eterna como seus frutos. É conforme o testemunho do apóstolo: Ele "...nos escolheu..." (não por sermos mas) "...para sermos santos e irrepreensíveis perante ele..." (Ef 1:4).

- **10.** A causa desta eleição graciosa é somente o bom propósito de Deus. Este bom propósito não consiste no fato de que, dentre todas as condições possíveis Deus tenha escolhido certas qualidades ou ações dos homens como condição para salvação. Mas este bom propósito consiste no fato de que Deus adotou certas pessoas dentre da multidão inteira de pecadores para ser a sua propriedade. Como está escrito: "E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal...já lhe fora dito a ela (Rebeca): O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito, "Amei a Jacó, porém me aborreci de Esaú." E, "...creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna." (Rom 9:11-13; At 13:48).

- **11.** Como Deus é supremamente sábio, imutável, onisciente, e Todo-Poderoso, assim sua eleição não pode ser cancelada e depois renovada, nem alterada, revogada ou anulada; nem mesmo podem os eleitos ser rejeitados, ou o número deles ser diminuído.

- **12.** Os eleitos recebem, no devido tempo, a certeza da sua eterna e imutável eleição para salvação, ainda que em vários graus e em medidas desiguais. Eles não a recebem quando curiosamente investigam os mistérios e profundezas de Deus. Mas eles a recebem, quando observam em si mesmos, com alegria espiritual e gozo santo, os infalíveis frutos de eleição indicados na Palavra de Deus - tais como uma fé verdadeira em Cristo, um temor filial para com Deus, tristeza com seus pecados segundo a vontade de Deus, e fome e sede de justiça.

- **13.** A consciência e a certeza desta eleição fornecem diariamente aos filhos de Deus maior motivo para se humilhar perante Deus, para adorar a profundidade de sua misericórdia, para se purificar, e para amar ardentemente Aquele que primeiro tanto os amou. Contudo absolutamente não é verdade que esta doutrina da eleição e a reflexão na mesma os façam relaxar na observação dos mandamentos de Deus ou rendam segurança falsa. No justo julgamento de Deus isto ocorre freqüentemente àqueles que se vangloriam levianamente da graça da eleição, ou facilmente falam acerca disto, mas recusam andar nos caminhos dos eleitos.

- **14.** A doutrina da divina eleição, segundo o mui sábio conselho de Deus, foi pregada pelos profetas, por Cristo mesmo, e pelos apóstolos, tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento, e depois escrita e nos entregue nas Escrituras Sagradas. Por isso, também hoje esta doutrina deve ser ensinada no seu devido tempo e lugar na Igreja de Deus, para qual ela foi particularmente destinada. Ela deve ser ensinada com espírito de descrição, de modo reverente e santo, sem curiosa investigação dos caminhos do Altíssimo, para a glória do santo nome de Deus e consolação vivificante do seu povo.

- **15.** A Escritura Sagrada mostra e recomenda a nós esta graça eterna e imerecida sobre nossa eleição, especialmente quando,

além disso, testifica que nem todos os homens são eleitos, mas que alguns não o são, ou seja, são passados na eleição eterna de Deus. De acordo com seu soberano, justo, irrepreensível e imutável bom propósito, Deus decidiu deixá-los na miséria comum em que se lançaram por sua própria culpa, não lhes concedendo a fé salvadora e a graça de conversão. Para mostrar sua justiça, decidiu deixá-los em seus próprios caminhos e debaixo do seu justo julgamento, e finalmente condená-los e puni-los eternamente, não apenas por causa de sua incredulidade, mas também por todos os seus pecados, para mostrar sua justiça. Este é o decreto da reprovação qual não torna Deus o autor do pecado (tal pensamento é blasfêmia!), mas O declara o temível, irrepreensível e justo Juiz e Vingador do pecado.

- **16.** Há pessoas que não sentem fortemente a fé viva em Cristo, nem confiança firme no coração, nem boa consciência, nem zelo pela obediência filial e pela glorificação de Deus por meio de Cristo. Apesar disso elas usam os meios pelos quais Deus prometeu operar tais coisas em nós. Elas não devem se desanimar quando a reprovação for mencionada nem contar a si mesmos entre os reprovados. Pelo contrário, devem continuar diligentemente no uso destes meios, desejando ferventemente dias de graça mais abundante e esperando-os com reverência e humildade. Não devem se assustar de maneira nenhuma com a doutrina da reprovação os que desejam seriamente se converter a Deus, agradar só a Ele e serem libertos do corpo de morte, mas ainda não podem chegar no ponto que gostariam no caminho da piedade e da fé. O Deus misericordioso prometeu não apagar a torcida que fumeja, nem esmagar a cana quebrada. Mas esta doutrina é certamente assustadora para os que não contam com Deus e o Salvador Jesus Cristo e se entregaram completamente às preocupações do mundo e aos desejos da carne, enquanto não se converterem seria mente a Deus.

- **17.** Devemos julgar a respeito da vontade de Deus com base na sua Palavra. Ela testifica que os filhos de crentes são santos, não por natureza mas em virtude da aliança da graça, na qual estão incluídos com seus pais. Por isso os pais que temem a Deus não

devem ter dúvida da eleição e salvação de seus filhos, que Deus chama desta vida ainda na infância.

- **18.** Aqueles que reclamam contra esta graça de eleição imerecida e a severidade da justa reprovação, nós replicamos com esta sentença do apóstolo: "Quem és tu, ó homem para discutires com Deus?!" (Rom 9:20). E com esta palavra do Salvador: "Porventura não me é lícito fazer o que quero do que é meu?" (Mt 20:15). Nós entretanto, adorando reverentemente estes mistérios, exclamamos com o apóstolo: "O profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos! Quem, pois conheceu a mente do Senhor? ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro lhe deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele e por meio dele e para ele são todas as cousas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém." (Rom 11:33-36).

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa de eleição e reprovação, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

Erro 1 - A vontade de Deus para salvar aqueles que crerem e perseverarem na fé e na obediência da fé é o decreto inteiro e total da eleição para salvação. Nada mais sobre este decreto foi revelado na Palavra de Deus.

Refutação - Este erro engana aos simples e claramente contradiz a Escritura. Ela testifica não apenas que Deus salvará aqueles que crêem mas também que escolheu específicas pessoas desde a eternidade. Nesta vida Ele dará a estes eleitos a fé em Cristo e perseverança, que Ele não dá a outros; como está escrito: "Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo." (Jo 17:6). "...e creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna." (At 13:48). "...como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele..." (Ef 1:4).

• **Erro 2** - Há vários tipos de eleição divina para a vida eterna. Um é geral e indefinido, e outro é particular e definido. Esta última eleição ou é incompleta, revogável, não-decisiva e condicional, ou é completa, irrevogável, decisiva e absoluta. Do mesmo modo, há

uma eleição para fé e outra para salvação. Portanto eleição pode ser para a fé justificante, sem ser decisiva para a salvação.

Refutação - Isto é uma invenção da mente humana, sem nenhuma base na Escritura. Essa invenção corrompe a doutrina da eleição e quebra a corrente de ouro da nossa salvação. "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou." (Rom 8:30).

• **Erro 3** - O bom propósito de Deus do qual a Escritura fala na doutrina da eleição não significa que Ele escolheu certas pessoas e não outras, mas que Ele, dentre todas as condições possíveis (inclusive as obras da lei) ou seja, dentre todas as possibilidades, escolheu como condição de salvação, o ato de fé, que é sem méritos de si mesmo, e a obediência imperfeita da fé. Na sua graça Ele a considera como obediência perfeita e digna da recompensa da vida eterna.

Refutação - Este erro perigoso invalida o bom propósito de Deus e o mérito de Cristo, e desvia as pessoas, por questões inúteis, da verdade da justificação graciosa e da simplicidade da Escritura. Ele acusa de falsidade esta declaração do apóstolo: "...que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos." (II Tim 1:9).

• **Erro 4** - Eleição para fé depende das seguintes condições prévias: o homem deve fazer uso adequado da luz da natureza, e deve ser piedoso, humilde, submisso e qualificado para a vida eterna.

Refutação - Assim parece que a eleição depende destas coisas. Isto tem o sabor do ensino de Pelágio e está em conflito com o ensino do apóstolo em Efésios 2:3-9: "...entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo -- pela graça sois salvos, e juntamente com ele nos ressuscitou e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus; para mostrar nos séculos vindouros a suprema riqueza da

sua graça, em bondade para conosco em Cristo Jesus. Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie."

• **Erro 5** - A eleição incompleta e não-definitiva de certas pessoas para a salvação se baseou nisto: Deus previu que elas começariam a crer, se converter, viver em santidade e piedade, e até continuariam nisto por algum tempo. Eleição completa e definitiva de pessoas, porém, ocorreu porque Deus previu que elas perseverariam em fé, conversão, santidade e piedade até ao fim. Isto é a dignidade graciosa e evangélica por causa da qual a pessoa que é escolhida é mais digna que outra que não é escolhida. Consequentemente a fé, a obediência de fé, a piedade e a perseverança não são frutos da imutável eleição para glória. São condições e causas previamente requeridas e previstas como cumpridas naqueles que serão eleitos completamente. Só com base nestas condições ocorre a eleição imutável para a glória.

Refutação - Este erro está em conflito com toda a Escritura que repete constantemente para nossos ouvidos e corações, estas e semelhantes afirmações: eleição "não [é] por obras mas por aquele que chama..." (Rom 9:11), "...e creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna." (At 13:48); "...nos escolheu nele antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis perante ele..." (Ef 1:4); "Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros..." (Jo 15:16); "...se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça." (Rom 11:6). "Nisto consiste o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que Ele nos amou, e enviou o seu Filho..." (I Jo 4:10).

• **Erro 6** - Nem toda eleição para salvação é imutável. Alguns dos eleitos podem perder-se e de fato se perdem eternamente, não obstante qualquer decreto de Deus.

Refutação - Este erro grosseiro faz Deus mutável, destrói o conforto dos crentes quanto à constância de sua eleição, e contradiz a Escritura: os eleitos não podem ser enganados (Mt 24:24); "E a vontade de quem me enviou é esta: Que nenhum eu perca de todos os que me deu..." (Jo 6:39); "E aos que predestinou a esses também

chamou; e aos que chamou a esses também justificou; e aos que justificou a esses também glorificou." (Rom 8:30).

• **Erro 7** - Nesta vida não há fruto, consciência ou certeza da eleição imutável para glória, exceto a certeza que depende de uma condição mutável e incerta.

Refutação - Falar acerca de uma certeza incerta é não apenas absurdo mas também contrário à experiência dos santos. Sentindo sua eleição, eles se regozijam junto com o apóstolo e glorificam este benefício de Deus (Cf Ef 1:12). Conforme o mandamento de Cristo Eles se regozijam junto com os discípulos por seus nomes estarem escritos nos céus (Lc 10:20). Eles colocam a consciência de sua eleição contra os dardos inflamados das tentações do diabo, quando perguntam: "Quem tentará acusação contra os eleitos de Deus?" (Rom 8:33).

• **Erro 8** - Deus não decidiu, simplesmente com base em sua justa vontade, deixar ninguém na queda de Adão e no estado comum de pecado e condenação. Nem decidiu passar ninguém quando deu a graça, necessária para fé e conversão.

Refutação - Pois isto é certo: "Logo, tem ele misericórdia de quem quer, e também endurece a quem lhe apraz." (Rom 9:18). E também isto: "...Porque a vós outros é dado conhecer os mistérios do reino dos céus, mas àqueles não lhes é isso concedido." (Mt 13:11). Igualmente: "...Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas cousas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi de teu agrado." (Mt 11:25,26).

• **Erro 9** - Deus envia o Evangelho a um povo mais que a um outro, não meramente e somente por causa do bom propósito de sua vontade, mas por ser este melhor e mais digno que o outro, ao qual o Evangelho não é comunicado.

Refutação - Moisés nega isto quando se dirige ao povo de Israel dizendo: "Eis que os céus e os céus dos céus são do SENHOR teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão-somente o SENHOR se afeiçoou a teus pais para os amar: a vós outros, descendentes deles escolheu de todos os povos, como hoje se vê." (Dt 10:14, 15). E Cristo diz: "Ai de ti, Corazim! ai de ti, Betsaida! porque, se em Tiro e

em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido, com pano de saco e cinza." (Mt 11:21).

CAPÍTULO 2

A MORTE DE CRISTO E A REDENÇÃO DO HOMEM POR MEIO DELA

- **1.** Deus é não só supremamente misericordioso mas também supremamente justo. E como Ele se revelou em sua Palavra, sua justiça exige que nossos pecados, cometidos contra sua infinita majestade, sejam punidos nesta vida e na futura, em corpo e alma. Não podemos escapar destas punições a menos que seja cumprida a justiça de Deus.

- **2.** Por nós mesmos, entretanto, não podemos cumprir tal satisfação nem podemos livrar a nós mesmos da ira de Deus. Por isso Deus, em sua infinita misericórdia deu seu Filho único como nosso Fiador. Por nós, ou em nosso lugar, Ele foi feito pecado e maldição na cruz para que pudesse satisfazer a Deus por nós.

- **3.** Esta morte do Filho de Deus é o único e perfeito sacrifício pelos pecados, de valor e dignidade infinitos, abundantemente suficiente para expiar os pecados do mundo inteiro.

- **4.** Essa morte é de tão grande poder e valor porque quem se submeteu a ela, é não apenas verdadeira e perfeitamente santo homem, mas também o Filho único de Deus. Ele é Deus eterno e infinito junto ao Pai e ao Espírito Santo. Assim devia ser nosso Salvador. Além disto, Ele sentiu, quando morria a ira e a maldição de Deus que nós merecemos, pelos nossos pecados.

- **5.** A promessa do Evangelho é que todo aquele que crer no Cristo crucificado não pereça mas tenha vida eterna. Esta promessa deve ser anunciada e proclamada sem discriminação a todos os povos e a todos os homens, aos quais Deus em seu bom propósito envia o Evangelho, com a ordem de se arrepender e crer.

- **6.** Muitos que têm sido chamados pelo Evangelho não se arrependem nem crêem em Cristo, mas perecem na incredulidade.

Isto não acontece por causa de algum defeito ou insuficiência no sacrifício de Cristo na cruz, mas por causa de sua própria culpa.

- **7.** Mas aqueles que verdadeiramente crêem e, pela morte de Cristo, são libertos e salvos dos seus pecados e perdição, recebem tal benefício apenas por causa da graça de Deus, que lhes é dada, em Cristo, desde a eternidade. Deus não deve a ninguém tal graça.

- **8.** Pois este foi o soberano conselho, a vontade graciosa e o propósito de Deus o Pai, que a eficácia vivificante e salvífica da preciosíssima morte de seu Filho fosse estendida a todos os eleitos. Daria somente a eles a justificação pela fé e por conseguinte os traria infalivelmente à salvação. Isto quer dizer que foi da vontade de Deus que Cristo por meio do sangue na cruz (pelo qual Ele confirmou a nova aliança) redimisse efetivamente de todos os povos, tribos, línguas e nações, todos aqueles e somente aqueles que foram escolhidos desde a eternidade para serem salvos, e Lhe foram dado pelo Pai. Deus quis que Cristo lhes desse a fé, que Ele mesmo lhes conquistou com sua morte, junto com outros dons salvíficos do Espírito Santo. Deus quis também que Cristo os purificasse de todos os pecados por meio do seu sangue, tanto do pecado original como dos pecados atuais, que foram cometidos antes e depois de receberem a fé. E que Cristo os guardasse fielmente até ao fim e finalmente os fizesse comparecer perante o próprio Pai em glória, "sem mácula, nem ruga" (Ef 5:27).

- **9.** Este conselho, procedendo do amor eterno de Deus aos eleitos, tem sido poderosamente cumprido, desde o começo do mundo até hoje, ainda que as "portas do inferno" em vão tentem frustrá-lo. O conselho de Deus também continuará a ser cumprido. No devido tempo os eleitos serão unidos em um só rebanho, e sempre haverá uma Igreja de crentes fundada no sangue de Cristo. Esta Igreja ama firmemente seu Salvador (o qual como noivo deu na cruz sua própria vida por sua noiva), O serve com perseverança e O glorifica agora e para sempre.

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

• **Erro 1** - Deus o Pai destinou seu Filho à morte na cruz sem um decreto definido de determinadas pessoas. Mesmo que a redenção por Cristo conquistada de fato nunca tivesse sido aplicada a nem uma só pessoa, o que Ele alcançou pela sua morte podia ter sido necessário, proveitoso e valioso e podia permanecer perfeito, completo, e intacto em todas as suas partes.

Refutação - Esta doutrina é uma ofensa à sabedoria do Pai, ao mérito de Cristo e é contrária à Escritura. Pois o nosso Salvador afirma: "... dou a minha vida pelas ovelhas." e "eu as conheço..." (Jo 10:15, 27). E o profeta Isaías fala acerca do Salvador: "... quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do SENHOR prosperará nas suas mãos." (Is 53:10). Finalmente, este erro invalida o artigo de fé pelo qual confessamos a Igreja universal de Cristo.

• **Erro 2** - Não era propósito da morte de Cristo que Ele confirmasse de fato a nova aliança da graça pelo seu sangue. Mas era somente propósito que conquistasse para o Pai o mero direito de estabelecer de novo uma aliança com o homem, seja de graça seja de obras, conforme a vontade do Pai.

Refutação - Isto contradiz a Escritura que ensina que Cristo se tornou o Fiador e Mediador de uma aliança superior, isto é, da nova aliança. Um testamento só se concretiza em caso de morte (Hb 7:22 e 9:15, 17).

• **Erro 3** - Por sua satisfação ao Pai, Cristo não mereceu para ninguém a salvação segura nem a fé pela qual esta satisfação para salvação é efetivamente aplicada. Ele obteve apenas para o Pai a possibilidade ou a vontade perfeita, para tratar de novo com o homem e para prescrever novas condições conforme sua vontade. Depende entretanto da livre vontade do homem para preencher estas condições. Portanto poderia acontecer que ninguém ou todos os homens preenchessem tais condições.

Refutação - Aqueles que ensinam este erro desprezam a morte de Cristo e não reconhecem de maneira nenhuma o seu mais importante resultado ou benefício. Eles evocam do inferno o erro pelagiano.

• **Erro 4** - A nova aliança da graça, que Deus o Pai, mediante a morte de Cristo, estabeleceu com o homem, não consiste nisso que nós estamos justificados diante de Deus e salvos pela fé se ela aceita o mérito de Cristo. Ela consiste no fato de que Deus revogou a exigência de perfeita obediência à lei e considera agora a própria fé e a obediência de fé, ainda que imperfeitas, como a perfeita obediência à lei. Ele acha, em sua graça, que elas sejam dignas da recompensa da vida eterna.

Refutação - Os que ensinam isto contradizem a Escritura: "...sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé..." (Rom 3:24, 25). Eles introduzem, junto com o ímpio Socino, uma nova e estranha justificação do homem diante de Deus, contrária ao consenso da Igreja inteira.

• **Erro 5** - Todas as pessoas têm sido aceitas por Deus, de tal maneira que estão reconciliadas com Ele e participam da aliança. Por isso ninguém está sujeito à condenação ou será condenado por causa do pecado original. Todos estão livres da culpa deste pecado.

Refutação - Esta opinião contraria a Escritura que ensina que nós somos "por natureza filhos da ira" (Ef 2:3).

• **Erro 6** - Deus, por sua parte, quer dar a todas as pessoas igualmente os benefícios conquistados pela morte de Cristo. Entretanto algumas obtêm o perdão de pecados e a vida eterna, e outras não. Esta distinção depende de sua própria livre vontade que se junta à graça que é oferecida sem distinção. Mas não depende do dom especial da misericórdia que opera tão poderosamente nestas pessoas, que elas, diferentes de outras, se apropriam desta graça.

Refutação - Os que ensinam assim abusam da distinção entre aquisição e apropriação da salvação para implantar esta opinião nas mentes de pessoas imprudentes e sem experiência. Enquanto eles simulam apresentar esta distinção da maneira correta, procuram induzir na mente do povo o perigoso veneno dos erros pelagianos.

• **Erro 7** - Cristo não podia nem precisava morrer, nem morreu de fato, por aqueles a quem Deus amou supremamente e elegeu para a vida eterna, visto que estes não precisavam da morte de Cristo.

Refutação - Esta doutrina contradiz o apóstolo, que declara: O Filho de Deus "me amou e a si mesmo se entregou por mim." (Gl 2:20). Igualmente: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu..." por eles (Rom.8:33, 34). E o Salvador assegura: "...dou a minha vida pelas ovelhas." (Jo 10:15). E mais: "O meu mandamento é este, que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei. Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos." (Jo 15:12, 13).

CAPÍTULOS 3 e 4

A CORRUPÇÃO DO HOMEM, A SUA CONVERSÃO A DEUS E O MODO DELA

- **1.** No princípio o homem foi criado à imagem de Deus. Foi adornado em seu entendimento com o verdadeiro e salutar conhecimento de Deus e de todas as coisas espirituais. Sua vontade e seu coração eram retos, todos os seus afetos puros; portanto, era o homem completamente santo. Mas, desviando-se de Deus sob instigação do diabo e pela sua própria livre vontade, ele se privou destes dons excelentes. Em lugar disso trouxe sobre si cegueira, trevas terríveis, leviano e perverso juízo em seu entendimento; malícia, rebeldia e dureza em sua vontade e seu coração; também impureza em todos os seus afetos.

- **2.** Depois da queda, o homem corrompido gerou filhos corrompidos. Então a corrupção, de acordo com o justo julgamento de Deus, passou de Adão até todos os seus descendentes, com exceção de Cristo somente. Não passou por imitação, como os antigos pelagianos afirmavam, mas por procriação da natureza corrompida.

- **3.** Portanto, todos os homens são concebidos em pecado e nascem como filhos da ira, incapazes de qualquer ação que o salve, inclinados para o mal, mortos em pecados e escravos do pecado. Sem a graça do Espírito Santo regenerador nem desejam nem tampouco podem retornar a Deus, corrigir suas naturezas corrompidas ou ao menos estar dispostos para esta correção.

- **4.** É verdade que há no homem depois da queda um resto de luz natural. Assim ele retém ainda alguma noção sobre Deus, sobre as coisas naturais e a diferença entre honrado e desonrado e pratica um pouco de virtude e disciplina exterior. Mas o homem está tão distante de chegar ao conhecimento salvífico de Deus e à verdadeira conversão por meio desta luz natural que ele não a usa apropriadamente nem mesmo em assuntos cotidianos. Antes, qualquer que seja esta luz, o homem totalmente a polui de maneiras diversas e a detém pela injustiça. Assim ele se faz indesculpável perante Deus.

- **5.** O que foi dito sobre a luz da natureza vale também com relação à lei dos Dez Mandamentos, dada por Deus através de Moisés, particularmente aos judeus. A lei revela como é grande o pecado e mais e mais convence o homem de sua culpa, mas não aponta o remédio nem dá a força para sair desta miséria. A lei ficou sem força pela carne e deixa o transgressor debaixo da maldição. Por esta razão o homem não pode obter a graça salvadora através da lei.

- **6.** Aquilo que a luz natural nem a lei podem fazer, Deus o faz pelo poder do Espírito Santo e pela pregação ou ministério da reconciliação, que é o Evangelho do Messias. Agradou a Deus usar este Evangelho para salvar os crentes, tanto na antiga quanto na nova aliança.

- **7.** No Antigo Testamento Deus revelou este mistério da sua vontade apenas a poucas pessoas. No Novo testamento, entretanto, Ele retirou a distinção entre os povos e revelou o mistério a muito mais pessoas. Esta distribuição distinta do Evangelho não é causada pela maior dignidade de um certo povo, nem pelo melhor uso da luz da natureza, mas pelo soberano bom propósito e amor imerecido de Deus. Portanto eles que recebem tão grande graça, além e ao contrário de tudo que merecem, devem reconhecer isto com coração humilde e agradecido. Mas eles devem com o apóstolo adorar a severidade e justiça dos julgamentos de Deus sobre aqueles que não recebem esta graça. Estes julgamentos de Deus, eles não devem, de maneira nenhuma, investigá-los curiosamente.

- **8.** Mas tantos quantos são chamados pelo Evangelho, seriamente o são. Porque Deus revela séria e sinceramente em sua Palavra o que Lhe agrada, a saber, que aqueles que são chamados venham a Ele. Ele também seriamente promete descanso para a alma e vida eterna a todos que a Ele vierem e crerem.

- **9.** Muitos são chamados através do ministério do Evangelho mas não vêm nem são convertidos. Não é a culpa do Evangelho, nem do Cristo que é oferecido pelo Evangelho, nem de Deus que chama através do Evangelho e inclusive confere vários dons a eles. Mas é sua própria culpa. Alguns deles não aceitam a Palavra da vida por descuido. Outros de fato a recebem, mas não em seus corações, e por isso, quando desaparece a alegria de sua fé temporária, viram as costas à Palavra. Ainda outros sufocam a semente da Palavra com os espinhos dos cuidados e prazeres deste mundo, e não produzem nenhum fruto. Isto é o que o Salvador ensina na parábola do semeador (Mt 13).

- **10.** Outros que são chamados pelo ministério do Evangelho vêm e são convertidos. Isto não pode ser atribuído ao homem, como se ele se distinguisse por sua livre vontade de outros que receberam a mesma e suficiente graça para fé e conversão, como a heresia orgulhosa de Pelágio afirma. Mas isto deve ser atribuído a Deus: como Ele os escolheu em Cristo desde a eternidade, assim Ele os chamou efetivamente no tempo. Ele lhes dá fé e arrependimento; Ele os livra do poder das trevas e os transfere para o reino de seu Filho. Tudo isto Ele faz a fim de que eles proclamem as grandes virtudes daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz, e se gloriem não em si mesmos mas no Senhor, como é o testemunho geral dos escritos apostólicos (Col 1:13; 1 Pe 2:9; 1 Cor 1:31).

- **11.** Deus realiza seu bom propósito nos eleitos e opera neles a verdadeira conversão da seguinte maneira: Ele faz com que ouçam o Evangelho mediante a pregação e poderosamente ilumina suas mentes pelo Espírito Santo de tal modo que possam entender corretamente e discernir as coisas do Espírito de Deus. Mas pela operação eficaz do mesmo Espírito regenerador, Deus também penetra até os recantos mais íntimos do homem. Ele abre o coração

fechado e amolece o que está duro, circuncida o que está incircunciso e introduz novas qualidades na vontade. Esta vontade estava morta, mas Ele a faz reviver; era má, mas Ele a torna boa; estava indisposta, mas Ele a torna disposta; era rebelde, mas Ele a faz obediente. Ele move e fortalece esta vontade de tal forma que, como uma boa árvore, seja capaz de produzir frutos de boas obras (I Cor 2:14).

- **12.** Esta conversão é aquela regeneração, renovação, nova criação, ressurreição dos mortos e vivificação, tão exaltada nas Escrituras, a qual Deus opera em nós, sem nós. Mas esta regeneração não é efetuada pela pregação apenas, nem por persuasão moral. Nem ocorre de tal maneira que, havendo Deus feito a sua parte, resta ao poder do homem ser regenerado ou não regenerado, convertido ou não convertido. Ao contrário, a regeneração é uma obra sobrenatural, poderosíssima, e ao mesmo tempo agradabilíssima, maravilhosa, misteriosa e indizível. De acordo com o testemunho da Escritura, inspirada pelo próprio autor desta obra, regeneração não é inferior em poder à criação ou à ressurreição dos mortos. Consequentemente todos aqueles em cujos corações Deus opera desta maneira maravilhosa são, certamente, infalivelmente e efetivamente regenerados e de fato passam a crer. Portanto a vontade que é renovada não é apenas acionada e movida por Deus, mas ela age também, sob a ação de Deus, por si mesma. Por isso também se diz corretamente que o homem crê e se arrepende mediante a graça que recebeu.

- **13.** Como Deus opera, os crentes, enquanto vivos, não podem entender completamente. Entretanto, porém, estão tranquilos sabendo e sentindo que por esta graça de Deus eles crêem com o coração e amam seu Salvador.

- **14.** Fé é, portanto, um dom de Deus. Isto não significa que Deus a oferece à livre vontade do homem, mas que ela é, de fato, conferida ao homem e nele infundida. Não é um dom no sentido de que Deus apenas concede poder para crer e depois espera da livre vontade do homem o consentimento para crer ou o ato de crer. Ao contrário, é um dom no sentido de que Deus efetua no homem tanto a vontade

de crer quanto o ato de crer. Ele opera tanto o querer como o realizar, sim, opera tudo em todos. (Ef 2:8; Fp 2:13).

- **15.** Esta graça Deus não deve a ninguém. Em troca de que seria Ele devedor ao homem? Quem tem primeiro dado a Ele para que possa ser retribuído? O que poderia Deus dever a alguém que nada tem de si mesmo a não ser pecado e falsidade? Aquele portanto, que recebe esta graça deve e rende eterna gratidão a Deus. Porém quem não recebe esta graça, nem valoriza estas coisas espirituais e tem prazer na sua própria situação, ou numa falsa segurança em vão se gaba de ter o que não tem. Além disto, quanto aos que manifestam sua fé e corrigem suas vidas, nós devemos julgar e falar da maneira mais favorável, de acordo com o exemplo dos apóstolos, pois o fundo do coração é desconhecido de nós. Quanto aos que ainda não foram chamados, nós devemos orar a Deus em seu favor, pois Ele é que chama à existência as coisas que não existem. De maneira nenhuma, porém, podemos ter uma atitude orgulhosa para com eles, como se nós tivéssemos realizado nossa posição distinta (Rom 11:35).

- **17.** O homem não deixou, apesar da queda, de ser homem dotado de intelecto e vontade; e o pecado, que tem penetrado em toda a raça humana, não privou o homem de sua natureza humana, mas trouxe sobre ele depravação e morte espiritual. Assim também a graça divina da regeneração não age sobre os homens como se fossem máquinas ou robôs, e não destrói a vontade e as suas propriedades, ou a coage violentamente. Mas a graça a faz reviver espiritualmente, a cura, a corrige, e a dobra agradável e ao mesmo tempo poderosamente. Como resultado, onde dominava rebelião e resistência da carne, agora, pelo Espírito começa a prevalecer uma pronta e sincera obediência. Esta é a verdadeira renovação espiritual e liberdade da vontade. E se o admirável autor de todo bem não agisse desse modo conosco, o homem não teria esperança de levantar-se da sua queda por meio de sua livre vontade, pela qual ele, quando ainda estava em pé, se lançou na perdição.

- **18.** A todo-poderosa operação de Deus pela qual Ele produz e sustenta nossa vida natural não exclui mas requer o uso de meios,

pelos quais Ele quis exercer seu poder, de acordo com sua infinita sabedoria e bondade. Da mesma maneira a mencionada operação sobrenatural de Deus, pela qual Ele nos regenera, de modo nenhum exclui ou anula o uso do Evangelho, que o mui sábio Deus ordenou para ser a semente da regeneração e o alimento da alma. Por esta razão os apóstolos, e os mestres que os sucederam, piedosamente instruíram o povo acerca da graça de Deus, para sua glória e para humilhação de toda soberba do homem. Ao mesmo tempo eles não descuidaram de manter o povo, pelas santas admoestações do Evangelho, sob a ministração da Palavra, dos sacramentos e da disciplina.

Por isso aqueles que hoje ensinam ou aprendem na igreja não devem ousar tentar a Deus, separando aquilo que Ele em seu bom propósito quis preservar inteiramente unido. Pois a graça é conferida, através de admoestações, e quanto mais prontamente desempenhamos nosso dever, tanto mais este benefício de Deus, que opera em nós, se manifesta gloriosamente e sua obra prossegue da maneira melhor. A Deus somente toda glória eternamente, tanto pelos meios quanto pelo fruto e eficácia salvíficos.

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

• **Erro 1** - É impróprio dizer que o pecado original em si é suficiente para condenar toda a raça humana ou merecer castigo temporal e eterno.

Refutação - Isto contradiz o apóstolo que declara: "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram." (Rom 5:12) E no verso 16 diz: "... o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação." E em Rom 6:23: "O salário do pecado é a morte."

• **Erro 2** - Os dons espirituais ou as boas qualidades e virtudes, tal como a bondade, santidade, justiça, não podiam estar na vontade

do homem quando no princípio foi criado. Por isso também não podiam ter sido separados da sua própria vontade quando caiu.

Refutação - Este erro é contrário à descrição da imagem de Deus que o apóstolo dá em Ef 4:24, dizendo que ela consiste em justiça e santidade, que sem dúvida estão na vontade.

• **Erro 3** - Na morte espiritual os dons espirituais não são separados da vontade do homem. Porque a vontade como tal nunca tem sido corrompida mas apenas atrapalhada pelo obscurecimento do entendimento e pela desordem das afeções. Se estes obstáculos forem removidos, a vontade pode exercer seu livre poder inato. A vontade é por si mesma capaz de desejar e escolher ou não toda espécie de bem que lhe for apresentada.

Refutação - Esta é uma novidade e um engano, e tende a exaltar os poderes da livre vontade, contrário ao que o profeta Jeremias declara no cap. 17:9: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto...." E o apóstolo Paulo escreve: "Entre os quais (os filhos da desobediência) também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos" (Ef 2:3).

• **Erro 4** - O homem não-regenerado não é realmente ou totalmente morto em pecados, ou privado de toda capacidade para fazer o bem. Ele ainda pode ter fome e sede de justiça e vida, e pode oferecer sacrifício de espírito contrito e quebrantado que agrada a Deus.

Refutação - Estas afirmações são contrárias ao testemunho claro da Escritura: "Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados" (Ef 2:1; cf. vs.5). E, "...era continuamente mau todo o desígnio do seu coração" (Gn 6:5; cf. 8:21). Além do mais, somente os regenerados e os bem-aventurados têm fome e sede da libertação da miséria, e da vida, e oferecem a Deus um sacrifício de espírito quebrantado (Sl 51:19 e Mt 5:6).

• **Erro 5** - O homem degenerado e carnal pode usar bem a graça comum (o que é a luz natural), ou os dons ainda lhe deixados após a queda. Assim ele, sozinho, pode alcançar, pouco a pouco e gradualmente, uma graça maior, isto é, a graça evangélica ou salvadora, e até a salvação. Dessa forma Deus, por seu lado,

mostra-se pronto para revelar Cristo a todo homem, porque a todos Ele administra suficiente e efetivamente os meios necessários para conhecer Cristo, para crer e se arrepender.

Refutação - Tanto a experiência de todas as épocas como a Escritura testificam que isto não é verdade. "Mostra a sua palavra a Jacó, as suas leis e os seus preceitos a Israel. Não fez assim a nenhuma outra nação; todas ignoram os seus preceitos" (Sl 147:19,20). "...o qual nas gerações passadas permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos" (At 14:16). E Paulo e seus companheiros foram "impedidos pelo Espírito Santo de pregar a Palavra na Asia, defrontando Mísia, tentavam ir para Bitínia, mas o Espírito de Jesus não o permitiu" (At 16:6,7).

• **Erro 6** - Na verdadeira conversão do homem, Deus não pode infundir novas qualidades, novos poderes ou dons na vontade humana. Portanto a fé, que é o começo da conversão, e que nos dá o nome de crente, não é uma qualidade ou um dom outorgados por Deus mas apenas um ato do homem. Somente com respeito ao poder para alcançar a fé, pode se dizer que é um dom.

Refutação - Este ensino contradiz a Sagrada Escritura que declara que Deus infunde em nossos corações novas qualidades de fé, obediência e experiência de seu amor: "Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também nos corações lhas inscreverei" (Jr 31:33). E: "...derramarei água sobre o sedento, e torrentes sobre a terra seca" (Is 44:3). E ainda: "...o amor de Deus é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi outorgado" (Rom 5:5). O ensino arminiano também contraria a prática constante da Igreja, que ora com o profeta: "Converte-me, e serei convertido" (Jr 31:18).

• **Erro 7** - Esta graça pela qual somos convertidos a Deus é apenas um apelo gentil. Ou (como alguns explicam): Esta maneira de agir, que consiste em aconselhar é a mais nobre maneira de converter o homem e está mais em harmonia com a natureza do homem. Não há razão porque tal graça persuasiva não seja suficiente para tornar espiritual o homem natural. Em verdade, Deus não produz o consentimento da vontade a não ser através deste tipo de apelo moral. O poder da operação divina supera a ação de Satanás, Deus prometendo bens eternos e Satanás bens temporais.

Refutação - Isto é Pelagianismo por completo, e contrário a toda Escritura que conhece além deste apelo moral, outra operação, muito mais poderosa e divina: a ação do Espírito Santo na conversão do homem: "Dar-vos-ei coração novo, e porei dentro em vós espírito novo; tirarei de vós o coração de pedra e vos darei coração de carne" (Ez 36:26).

• **Erro 8** - Na regeneração do homem Deus não usa os poderes de sua onipotência de tal maneira que Ele dobra a vontade do homem, à força e infalivelmente, para fé e conversão. Mesmo sendo realizadas todas as operações da graça que Deus possa usar para converter o homem e mesmo que Deus tenha a intenção e a vontade de regenerá-lo, o homem ainda pode resistir a Deus e ao Santo Espírito. De fato freqüentemente resiste, chegando a impedir totalmente sua regeneração. Portanto ser ou não ser regenerado permanece no poder do homem.

Refutação - Isto é nada mais nada menos que anular todo o poder da graça de Deus em nossa conversão e sujeitar a operação do Deus Todo-Poderoso à vontade do homem. É contrário ao que os apóstolos ensinam: cremos "... segundo a eficácia da força do seu poder" (Ef 1:19), e: "...para que nosso Deus cumpra... com poder todo propósito de bondade e obra de fé..." (2 Ts 1:11), e também: "...pelo seu divino poder nos têm sido doadas todas as coisas que conduzem à vida e piedade..." (2 Pe 1:3).

• **Erro 9** - Graça e livre vontade são as causas parciais que operam juntas no início da conversão. Pela ordem destas causas a graça não precede à operação da vontade do homem. Deus não ajuda efetivamente a vontade do homem para sua conversão, enquanto a própria vontade do homem não se move e decide se converter.

Refutação - A Igreja Antiga há muito tempo já condenou esta doutrina dos Pelagianos, de acordo com a palavra do apóstolo: "Assim, pois, não depende de quem quer, ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia" (Rom 9:16). Também: "Pois quem é que te faz sobressair? e que tens tu que não tenhas recebido?..." (1 Cor 4:7)? E ainda: "...porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2:13).

CAPÍTULO 5

A PERSEVERANÇA DOS SANTOS

- **1.** Aqueles que, de acordo com o seu propósito, Deus chama à comunhão do seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, e regenera pelo seu Santo Espírito, Ele certamente os livra do domínio e da escravidão do pecado. Mas nesta vida, Ele não os livra totalmente da carne e do corpo de pecado (Rom 7:24).

- **2.** Portanto, pecados diários de fraqueza surgem e até as melhores obras dos santos são imperfeitas. Estes são para eles constante motivo para humilhar-se perante Deus e refugiar-se no Cristo crucificado. Também são motivo para mais e mais mortificar a carne através do Espírito de oração, e através dos santos exercícios de piedade, e ansiar pela meta da perfeição. Eles fazem isto até que possam reinar com o Cordeiro de Deus nos céus, finalmente livres deste corpo de morte.

- **3.** Por causa dos seus pecados remanescentes e também por causa das tentações do mundo e de Satanás, aqueles que têm sido convertidos não poderiam perseverar nesta graça, se deixados ao cuidado de suas próprias forças. Mas Deus é fiel: misericordiosamente os confirma na graça, uma vez conferida sobre eles, e poderosamente preserva a eles na sua graça até o fim.

- **4.** O poder de Deus, pelo qual Ele confirma e preserva os verdadeiros crentes na graça, é tão grande que isto não pode ser vencido pela carne. Mas os convertidos nem sempre são guiados e movidos por Deus, e assim eles poderiam, em certos casos, por sua própria culpa, se desviar da direção da graça, e ser seduzidos pelos desejos da carne e segui-los. Devem, portanto, vigiar constantemente e orar para que não caiam em tentação. Quando não vigiarem e orarem, eles podem ser levados pela carne, pelo mundo e por Satanás para sérios e horríveis pecados. Isto ocorre também muitas vezes pela justa permissão de Deus. A lamentável queda de Davi, Pedro e outros santos, descrita na Sagrada Escritura, demonstra isto.

- **5.** Por tais pecados grosseiros, entretanto, eles causam a ira de Deus, se tornam culpados da morte, entristecem o Espírito Santo,

suspendem o exercício da fé, ferem profundamente suas consciências e algumas vezes perdem temporariamente a sensação da graça. Mas quando retornam ao reto caminho por meio de arrependimento sincero, logo a face paternal de Deus brilha novamente sobre eles.

- **6.** Pois Deus, que é rico em misericórdia, de acordo com o imutável propósito da eleição, não retira completamente o seu Espírito dos seus, mesmo em sua deplorável queda. Nem tão pouco permite que venham a cair tanto que recaiam da graça da adoção e do estado de justificado. Nem permite que cometam o pecado que leva à morte, isto é, o pecado contra o Espírito Santo e assim sejam totalmente abandonados por Ele, lançando-se na perdição eterna.

- **7.** Pois, em primeiro lugar, em tal queda, Deus preserva neles sua imperecível semente da regeneração, a fim de que esta não pereça nem seja lançada fora. Além disto, através da sua Palavra e seu Espírito, certamente Ele os renova efetivamente para arrependimento. Como resultado eles se afligem de coração com uma tristeza para com Deus pelos pecados que têm cometido; procuram e obtêm pela fé, com coração contrito, perdão pelo sangue do Mediador; e experimentam novamente a graça de Deus, que é reconciliado com eles, adorando sua misericórdia e fidelidade. E de agora em diante eles se empenham mais diligentemente pela sua salvação com temor e tremor.

- **8.** Assim, não é por seus próprios méritos ou força mas pela imerecida misericórdia de Deus que eles não caiam totalmente da fé e da graça e nem permaneçam caídos ou se percam definitivamente. Quanto a eles, isto facilmente poderia acontecer e aconteceria sem dúvida. Porém, quanto a Deus, isto não pode acontecer, de modo nenhum. Pois seu decreto não pode ser mudado, sua promessa não pode ser quebrada, seu chamado em acordo com seu propósito não pode ser revogado. Nem o mérito, a intercessão e a preservação de Cristo podem ser invalidados, e a selagem do Espírito tão pouco pode ser frustrada ou destruída.

- **9.** Os crentes podem estar certos e estão certos desta preservação dos eleitos para salvação e da perseverança dos verdadeiros crentes na fé. Esta certeza é de acordo com a medida de sua fé,

pela qual eles crêem com certeza que são e permanecerão verdadeiros e vivos membros da Igreja, e que têm o perdão de pecados e a vida eterna.

- **10.** Esta certeza não vem de uma revelação especial, sem ou fora da Palavra, mas vem da fé nas promessas de Deus, que Ele revelou abundantemente em sua Palavra para nossa consolação. Vem também do testemunho do Espírito Santo, testificando com o nosso espírito de que somos filhos e herdeiros de Deus; e finalmente, vem do zelo sério e santo por uma boa consciência e por boas obras. E se os eleitos não tivessem neste mundo a sólida consolação de obter a vitória e esta garantia infalível da glória eterna, seriam os mais miseráveis de todos os homens (Rom 8:16,17).

- **11.** No entanto, a Escritura testifica que os crentes nesta vida têm de lutar contra várias dúvidas da carne e, sujeitos a graves tentações, nem sempre sentem plenamente esta confiança da fé e certeza da perseverança. Mas Deus, que é Pai de toda a consolação, não os deixa ser tentados além de suas forças, mas com a tentação proverá também o livramento e pelo Espírito Santo novamente revive neles a certeza da perseverança (I Cor. 10:13).

- **12.** Entretanto, esta certeza de perseverança não faz de maneira nenhuma que os verdadeiros crentes se orgulhem e se acomodem. Ao contrário, ela é a verdadeira raiz da humildade, reverência filial, verdadeira piedade, paciência em toda luta, orações fervorosas, firmeza em carregar a cruz e confessar a verdade e alegria sólida em Deus. Além do mais, a reflexão deste benefício é para eles um estímulo para praticar séria e constantemente a gratidão e as boas obras, como é evidente nos testemunhos da Escritura e nos exemplos dos santos.

- **13.** Quando pessoas são levantadas de uma queda (no pecado) começa a reviver a confiança na perseverança. Isto não produz descuido ou negligência na piedade delas. Em vez disto produz maior cuidado e diligência para guardar os caminhos do Senhor, já preparados, para que, andando neles, possam preservar a certeza da perseverança. Quando fazem isto o Deus reconciliado não retira de novo sua face delas por causa do abuso da sua bondade

paternal (a contemplação dela é para os piedosos mais doce que a vida e sua retirada mais amarga que a morte), e elas não cairão em tormentos mais graves da alma (Ef. 2:10).

- **14.** Tal como agradou a Deus iniciar sua obra da graça em nós pela pregação do evangelho, assim Ele a mantém, continua e aperfeiçoa pelo ouvir e ler do Evangelho, pelo meditar nele, pelas suas exortações, ameaças, e promessas, e pelo uso dos sacramentos.

- **15.** Deus revelou abundantemente em sua Palavra esta doutrina da perseverança dos verdadeiros crentes e santos, e da certeza dela, para a glória do seu Nome e para a consolação dos piedosos. Ele a imprime nos corações dos crentes, mas a carne não pode entendê-la. Satanás a odeia, o mundo zomba dela, os ignorantes e hipócritas dela abusam, e os heréticos a ela se opõem. A Noiva de Cristo, entretanto, sempre tem-na amado ternamente e defendido constantemente como um tesouro de inestimável valor. Deus, contra quem nenhum plano pode se valer e nenhuma força pode prevalecer, cuidará para que a Igreja possa continuar fazendo isso. Ao único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, sejam a honra e a glória para sempre. Amém!

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

• **Erro 1** - A perseverança dos verdadeiros crentes não é resultado da eleição ou um dom de Deus obtido pela morte de Cristo. É uma condição da nova aliança, que o homem deve cumprir pela sua livre vontade antes da assim chamada eleição decisiva, e justificação.

Refutação - A Escritura Sagrada testifica que a perseverança provém da eleição e é dada aos eleitos pelo poder da morte, ressurreição e intercessão de Cristo: "a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos" (Rom 11:7). Também: "Aquele que não poupou a seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura não nos dará graciosamente com Ele todas as coisas? Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo quem morreu, ou antes,

quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo?" (Rom 8:32-35)

• **Erro 2** - Deus de fato provê os crentes de suficientes forças para perseverar, e está pronto para preservar tais forças nele, se este cumprir seu dever; mas ainda que todas estas coisas tenham sido estabelecidas, que são necessárias para perseverar na fé e que Deus usa para preservar a fé, ainda assim dependerá da vontade humana se perseverar ou não.

Refutação - Esta idéia é abertamente pelagiana. Enquanto deseja libertar o homem, o faz usurpador da honra de Deus. Combate o consenso geral da doutrina evangélica que retira do homem todo motivo de orgulho e atribui todo louvor por este benefício somente à graça de Deus. É também contrário ao apóstolo que declara: "...o qual também vos confirmará até ao fim, para serdes irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo" (1 Cor 1:8).

• **Erro 3** - Crentes verdadeiramente regenerados não só podem perder completa e definitivamente a fé justificadora, a graça e a salvação, mas de fato as perdem freqüentemente e assim se perdem eternamente.

Refutação - Esta opinião invalida a graça, justificação, regeneração e contínua preservação por Cristo. Ela é contrária às palavras expressas do apóstolo Paulo: "Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco, pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira" (Rom 5:8,9). É contrária ao apóstolo João: "Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado; pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver pecando porque é nascido de Deus" (1 Jo 3:9). Também é contrária às palavras de Jesus Cristo: "Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatar" (Jo 10:28,29).

• **Erro 4** - Verdadeiros crentes regenerados podem cometer o pecado que leva à morte ou o pecado contra o Espírito Santo.

Refutação - Após o apóstolo João ter falado no 5º capítulo de sua 1ª carta, versos 16 e 17, sobre aqueles que pecam para morte e de

ter proibido de orar por eles, logo acrescenta no verso 18: "Sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não vive em pecado, antes, Aquele que nasceu de Deus o guarda, e o maligno não lhe toca."

• **Erro 5** - Sem uma revelação especial não podemos ter nesta vida, nenhuma certeza da perseverança futura.

Refutação - Por tal doutrina o seguro consolo dos crentes verdadeiros nesta vida é tirado, e as dúvidas dos seguidores do papa são novamente introduzidas na igreja. As Escrituras Sagradas, entretanto, sempre deduzem esta segurança, não a partir de uma revelação especial e extraordinária, mas a partir das marcas dos filhos de Deus e das promessas mui firmes dEle. Especialmente o apóstolo Paulo ensina isto: "...nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus que há em Cristo Jesus nosso Senhor" (Rom 8:39). E João escreve: "E aquele que guarda os seus mandamentos permanece em Deus, e Deus nele. E nisto conhecemos que Ele permanece em nós, pelo Espírito que nos deu" (1 Jo 3:24).

• **Erro 6** - Por sua própria natureza a doutrina da certeza da perseverança e da salvação causa falsa segurança e prejudica a piedade, os bons costumes, orações e outros santos exercícios. Ao contrário, é louvável duvidar desta certeza.

Refutação - Esta falsa doutrina ignora o efetivo poder da graça de Deus e a operação do Santo Espírito, que habita em nós. Contradiz o apóstolo João que, em palavras explícitas, ensina o contrário: "Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que havemos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque havemos de vê-Lo como ele é. E a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, como ele é puro." (1 Jo 3:2,3) Ainda mais, ela é refutada pelos exemplos dos santos tanto no Antigo como no Novo Testamento, que, não obstante estarem certos de sua perseverança e salvação, continuaram em oração e outros exercícios de piedade.

• **Erro 7** - A fé daqueles que crêem apenas por um tempo não é diferente da fé justificadora e salvadora, a não ser com respeito à sua duração.

Refutação - Em Mt 13:20-23 e Lc 8:13-15 Cristo mesmo indica claramente, além da duração, uma tríplice diferença entre os que crêem só por um tempo e os verdadeiros crentes. Ele declara que o primeiro recebe a semente em terra rochosa, mas o último em bom solo, ou seja, em bom coração; que o primeiro é sem raiz, mas o último tem firme raiz; que o primeiro não tem fruto, mas o último produz fruto em várias medidas, constante e perseverantemente.

- **Erro 8** - Não é absurdo o fato de alguém, tendo perdido sua primeira regeneração, nascer de novo e mesmo freqüentemente nascer de novo.

Refutação - Esta doutrina nega que a semente de Deus, pela qual somos nascidos de novo, seja incorruptível. Isto é contrário ao testemunho do apóstolo Pedro: "...pois fostes regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível..." (I Ped. 1:23).

- **Erro 9** - Cristo em lugar algum orou para que os crentes perseverassem infalivelmente na fé.

Refutação - Isto contradiz ao próprio Cristo, que diz: "Eu, porém, roguei por ti" (Pedro) "para que a tua fé não desfaleça." (Lc 22:32). Também contradiz o apóstolo João que declara que Cristo não orava somente pelos apóstolos, mas também por todos aqueles que viessem a crer por meio da palavra deles: "Pai Santo, guarda-os em teu nome, que me deste...Não peço que os tires do mundo; e, sim, que os guardes do mal." (Jo 17:11,15).

CONCLUSÃO

Esta é a declaração clara, simples, e sincera da doutrina ortodoxa com respeito aos Cinco Artigos de Fé disputados na Holanda; e esta é a rejeição dos erros pelos quais as Igrejas têm sido perturbadas, por algum tempo. O Sínodo de Dort julga a presente declaração e as rejeições serem tiradas da Palavra de Deus e conforme as Confissões das Igrejas Reformadas. Assim torna-se evidente que alguns agiram muito imprópriamente e contrário à toda verdade, equidade e amor, desejando persuadir o povo do seguinte:

- A doutrina das Igrejas Reformadas com relação à predestinação e assuntos relacionados com ela, por seu caráter e tendência, desvia os corações dos homens da verdadeira religião.

- Ela é um ópio do diabo para a carne, bem como uma fortaleza para Satanás, onde permanece à espera por todos, fere multidões atingindo mortalmente a muitos com os dardos tanto de desespero quanto de falsa segurança.

- Faz de Deus o autor injusto do pecado, um tirano e hipócrita; é nada mais do que um renovado Estoicismo, Maniqueísmo, Libertinismo e Islamismo.

- Conduz a um pecaminoso descuido porque faz as pessoas crer que nada pode impedir a salvação dos eleitos, não importando como vivam, e que portanto podem, tranqüilamente, cometer os crimes mais horríveis. Por outro lado, se os reprovados tivessem produzido todas as obras dos santos, isto não poderia nem ao menos contribuir para a salvação deles.

- A mesma doutrina ensina que Deus tem predestinado e criado a maior parte da humanidade para a condenação eterna só por um ato arbitrário de sua vontade sem levar em conta qualquer pecado.

- Da mesma maneira pela qual a eleição é a fonte e a causa da fé e boas obras, a reprovação é a causa da incredulidade e impiedade.

- Muitos filhos inocentes de pais crentes são arrancados do seio de suas mães e, tiranicamente lançados no inferno, de tal modo que nem o sangue de Cristo, nem o batismo nem as orações da Igreja no ato do batismo lhes podem ser proveitosos.

Há muitas outras coisas semelhantes que as Igrejas Reformadas não apenas não confessam mas também repelem de todo coração.

Portanto, este Sínodo de Dort conclama em nome do Senhor a todos os que piedosamente invocam o nosso Salvador Jesus Cristo, que não julguem a fé das Igrejas Reformadas a partir das calúnias juntadas daqui e dali, nem tão pouco a partir de declarações pessoais de alguns professores, modernos ou antigos, que muitas vezes são citadas em má fé, distorcidas e explicadas de forma oposta ao seu sentido real.

Mas deve-se julgar a fé das Igrejas Reformadas pelas Confissões públicas destas Igrejas, e pela presente declaração da ortodoxa doutrina, confirmada pelo consenso unânime de cada um dos membros de todo o Sínodo.

Além do mais, o Sínodo adverte os caluniosos para que considerem o severo julgamento de Deus à espera deles, por falar falso

testemunho contra tantas igrejas e contra as Confissões delas, e por conturbar as consciências dos fracos e por tentar colocar em suspeito, aos olhos de muitos, a comunidade dos verdadeiros crentes.

Finalmente, este Sínodo exorta todos os conservos no evangelho de Cristo a comportar-se em santo temor e piedade diante de Deus, quando lidarem com esta doutrina em escolas e igrejas.

Ao ensiná-la, tanto pela palavra falada quanto escrita, devem procurar a glória de Deus, a santidade de vida, e a consolação das almas aflitas. Seus pensamentos e palavras sobre a doutrina devem estar em concordância com a Escritura, de acordo com a analogia da fé. E devem abster-se de usar qualquer frase que exceda os limites prescritos pelo genuíno sentido das Escrituras

Sagradas para não dar aos frívolos sofistas boas oportunidades para atacar ou caluniar a doutrina das Igrejas Reformadas.

Que o Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, o qual está sentado à direita do Pai e envia seus dons aos homens, nos santifique na verdade. Que Ele traga à verdade os que se desviaram dela, cale a boca dos caluniosos da sã doutrina e equipe os ministros fiéis da sua Palavra com o Espírito de sabedoria e discrição, para que tudo que falem possa ser para a glória de Deus e a edificação dos ouvintes. Amém.

Confissão de Fé de Westminster

Fonte: monergismo.com/textos/credos/cfw.htm

CAPÍTULO I DA ESCRITURA SAGRADA

Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Sal. 19: 1-4; Rom. 1: 32, e 2: 1, e 1: 19-20, e 2: 14-15; I Cor. 1:21, e 2:13-14; Heb. 1:1-2; Luc. 1:3-4; Rom. 15:4; Mat. 4:4, 7, 10; Isa. 8: 20; I Tim. 3: 15; II Pedro 1: 19.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis

Êxodo

Levítico

Números

Deuteronômio

Josué

Juízes

Rute
I Samuel
II Samuel
I Reis
II Reis
I Crônicas
II Crônicas
Esdras
Neemias
Ester
Jó
Salmos
Provérbios
Eclesiastes
Cântico dos Cânticos
Isaías
Jeremias
Lamentações de Jeremias
Ezequiel
Daniel
Oséias
Joel
Amós
Obadias
Jonas
Miquéias
Naum
Habacuque
Sofonias
Ageu
Zacarias
Malaquias

O NOVO TESTAMENTO

Mateus
Marcos

Lucas
João
Atos
Romanos
I Coríntios
II Coríntios
Gálatas
Efésios
Filipenses
Colossenses
I Tessalonicenses
II Tessalonicenses
I Timóteo
II Timóteo
Tito
Filemon
Hebreus
Tiago
I Pedro
II Pedro
I João
II João
III João
Judas
Apocalipse

Ef. 2:20; Apoc. 22:18-19; II Tim. 3:16; Mat. 11:27.

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Luc. 24:27,44; Rom. 3:2; II Pedro 1:21.

IV. A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é

o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus.

II Tim. 3:16; I João 5:9, I Tess. 2:13.

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.

I Tim. 3:15; I João 2:20,27; João 16:13-14; I Cor. 2:10-12.

VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas.

II Tim. 3:15-17; Gal. 1:8; II Tess. 2:2; João 6:45; I Cor. 2:9, 10, 12; I Cor. 11:13-14.

VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

II Pedro 3:16; Sal. 119:105, 130; Atos 17:11.

VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras.

Mat. 5:18; Isa. 8:20; II Tim. 3:14-15; I Cor. 14; 6, 9, 11, 12, 24, 27-28; Col. 3:16; Rom. 15:4.

IX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.

At. 15: 15; João 5:46; II Ped. 1:20-21.

X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

Mat. 22:29, 3 1; At. 28:25; Gal. 1: 10.

CAPÍTULO II DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, -

onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Deut. 6:4; I Cor. 8:4, 6; I Tess. 1:9; Jer. 10:10; Jó 11:79; Jó 26:14; João 6:24; I Tim. 1:17; Deut. 4:15-16; Luc. 24:39; At. 14:11, 15; Tiago 1:17; I Reis 8:27; Sal. 92:2; Sal. 145:3; Gen. 17:1; Rom. 16:27; Isa. 6:3; Sal. 115:3; Exo3:14; Ef. 1:11; Prov. 16:4; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; I João 4:8; Exo. 36:6-7; Heb. 11:6; Nee. 9:32-33; Sal. 5:5-6; Naum 1:2-3.

II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.

João 5:26; At. 7:2; Sal. 119:68; I Tim. 6: 15; At - . 17:24-25; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; Heb. 4:13; Rom. 11:33-34; At. 15:18; Prov. 15:3; Sal. 145-17; Apoc. 5: 12-14.

III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo, O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.

Mat. 3:16-17; 28-19; II Cor. 13:14; João 1:14, 18 e 15:26; Gal. 4:6.

CAPÍTULO III

DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas. Isa. 45:6-7; Rom. 11:33; Heb. 6:17; Sal.5:4; Tiago 1:13-17; I João 1:5; Mat. 17:2; João 19:11; At.2:23; At. 4:27-28 e 27:23, 24, 34.

II. Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

At. 15:18; Prov.16:33; I Sam. 23:11-12; Mat. 11:21-23; Rom. 9:11-18.

III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.

I Tim.5:21; Mar. 5:38; Jud. 6; Mat. 25:31, 41; Prov. 16:4; Rom. 9:22-23; Ef. 1:5-6.

IV. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.

João 10: 14-16, 27-28; 13:18; II Tim. 2:19.

V. Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de

qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

Ef. 1:4, 9, 11; Rom. 8:30; II Tim. 1:9; I Tess, 5:9; Rom. 9:11-16; Ef. 1:19; e 2:8-9.

VI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

I Pedro 1:2; Ef. 1:4 e 2:10; II Tess. 2:13; I Tess. 5:9-10; Tito 2:14; Rom. 8:30; Ef.1:5; I Pedro 1:5; João 6:64-65 e 17:9; Rom. 8:28; I João 2:19.

VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados.

Mat. 11:25-26; Rom. 9:17-22; II Tim. 2:20; Jud. 4; I Pedro 2:8.

VIII. A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, bem como de humildade diligência e abundante consolação.

Rom. 9:20 e 11:23; Deut. 29:29; II Pedro 1:10; Ef. 1:6; Luc. 10:20; Rom. 5:33, e 11:5-6, 10.

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

I. Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.

Rom. 9:36; Heb. 1:2; João 1:2-3, Rom. 1:20; Sal. 104:24; Jer. 10:12; Gen. 1; At. 17:24; Col. 1:16; Exo. 20:11.

II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Gen. 1:27 e 2:7; Sal. 8:5; Ecl. 12:7; Mat. 10:28; Rom. 2:14, 15; Col. 3:10; Gen. 3:6.

CAPÍTULO V DA PROVIDÊNCIA

I. Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor.

Nee, 9:6; Sal. 145:14-16; Dan. 4:34-35; Sal. 135:6; Mat. 10:29-31; Prov. 15:3; II Cron. 16:9; At.15:18; Ef. 1:11; Sal. 33:10-11; Ef. 3:10; Rom. 9:17; Gen. 45:5.

II. Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente.

Jer. 32:19; At. 2:13; Gen. 8:22; Jer. 31:35; Isa.10:6-7.

III. Na sua providência ordinária Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu arbítrio.

At. 27:24, 31; Isa. 55:10-11; Os.1:7; Rom. 4:20-21; Dan.3:27; João 11:34-45; Rom. 1:4.

IV. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa em uma múltipla dispensação mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.

Isa. 45:7; Rom. 11:32-34; At. 4:27-28; Sal. 76:10; II Reis 19:28; At.14:16; Gen. 50:20; Isa. 10:12; I João 2:16; Sal. 50:21; Tiago 1:17.

V. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção dos seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo dos seus corações, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais íntima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, para vários outros fins justos e santos.

II Cron. 32:25-26, 31; II Sam. 24:1, 25; Luc. 22:31-32; II Cor. 12:7-9.

VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações, mas às vezes tira os dons que já possuíam, e os expõe a objetos que a sua corrupção torna ocasiões de pecado; além disso os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás: assim acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Rom. 1:24-25, 28 e 11:7; Deut. 29:4; Mar. 4:11-12; Mat. 13:12 e 25:29; II Reis 8:12-13; Sal.81:11-12; I Cor. 2:11; II Cor. 11:3; Exo. 8:15, 32; II Cor. 2:15-16; Isa. 8:14.

VII. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo muito especial ele cuida da Igreja e tudo dispõe a bem dela.

Amós 9:8-9; Mat. 16:18; Rom. 8:28; I Tim. 4: 10.

CAPÍTULO VI

DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.

Gen. 3:13; II Cor. 11:3; Rom. 11:32 e 5:20-21.

II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.

Gen. 3:6-8; Rom. 3:23; Gen. 2:17; Ef. 2:1-3; Rom. 5:12; Gen. 6:5; Jer. 17:9; Tito 1:15; Rom.3:10-18.

III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus

pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.

At. 17:26; Gen. 2:17; Rom. 5:17, 15-19; I Cor. 15:21-22,45, 49; Sal.51:5; Gen.5:3; João3:6.

IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.

Rom. 5:6, 7:18 e 5:7; Col. 1:21; Gen. 6:5 e 8:21; Rom. 3:10-12; Tiago 1:14-15; Ef. 2:2-3; Mat. 15-19.

V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado.

Rom. 7:14, 17, 18, 21-23; Tiago 3-2; I João 1:8-10; Prov. 20:9; Ec. 7-20; Gal.5:17.

VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.

I João 3:4; Rom. 2: 15; Rom. 3:9, 19; Ef. 2:3; Gal. 3:10; Rom. 6:23; Ef. 6:18; Lam, 3:39; Mat. 25:41; II Tess. 1:9.

CAPÍTULO VII

DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.

Jó 9:32-33; Sal. 113:5-6; At. 17:24-25; Luc. 17: 10.

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.

Gal. 3:12; Rom. 5: 12-14 e 10:5; Gen. 2:17; Gal. 3: 10.

III. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.

Gal. 3:21; Rom. 3:20-21 e 8:3; Isa. 42:6; Gen. 3:15; Mat. 28:18-20; João 3:16; Rom. 1:16-17 e 10:6-9; At. 13:48; Ezeq. 36:26-27; João 6:37, 44, 45; Luc. 11: 13; Gal. 3:14.

IV. Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.

Hb. 9:15-17.

V. Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensarão chama-se o Velho Testamento.

II Cor. 3:6-9; Rom. 6:7; Col. 2:11-12; I Cor. 5:7 e 10:14; Heb. 11:13; João 8:36; Gal. 3:7-9, 14.

VI. Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia

do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância mas um e o mesmo sob várias dispensações.

Col. 2:17; Mat. 28:19-2; I Cor. 11:23-25; Heb. 12:22-24; II Cor. 3:9-11; Luc. 2:32; Ef. 2:15-19; Luc. 22:20; Gal. 3:14-16; At. 15: I 1; Rom. 3:21-22, 30 e 4:16-17, e 23-24; Heb. 1:1-2.

CAPÍTULO VIII DE CRISTO O MEDIADOR

I. Aproveu a Deus em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

Isa. 42: 1; I Ped. 1: 19-20; I Tim. 2:5; João 3:16; Deut. 18:15; At. 3:20-22; Heb. 5:5-6; Isa. 9:6-7; Luc. 1:33; Heb. 1:2; Ef. 5:23; At. 17:31; II Cor.5:10; João 17:6; Ef. 1:4; I Tim. 2:56; I Cor. 1:30; Rom.8:30.

II. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.

João 1:1,14; I João 5:20; Fil. 2:6; Gal. 4:4; Heb. 2:14, 17 e 4:15; Luc. 1:27, 31, 35; Mat. 16:16; Col. 2:9; Rom. 9:5; Rom. 1:3-4; I Tim. 2:5.

III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência. Aproveu ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse.

Sal. 45:5; João 3:34; Heb. 1:8-9; Col. 2:3, e 1:9; Heb. 7:26; João 1:14; At. 10:38; Heb. 12:24, e 5:4-5; João 5:22, 27; Mat. 28:18.

IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei, que ele cumpriu perfeitamente; padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos e em seu corpo os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que tinha padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.

Sal. 40:7-8; Heb. 10:5-6; João 4:34; Fil. 2-8; Gal. 4:4; Mat. 3:15 e 5:17; Mat. 26:37-38; Luc.22:24; Mat. 27.46; Fil 2:8; At. 2:24, 27 e 13:37; I Cor.15:4; João 20:25-27; Luc. 24:50-51; II Ped. 3:22; Rom. 8:34; Heb. 7:25; Rom. 14:10; At. 1:11, João5:28-29; Mat. 13:40-42.

V. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfez plenamente à justiça do Pai. e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Rom. 5: 19 e :25-26; Heb. 10: 14; Ef. 1: 11, 14; Col.1:20; II Cor.5: 18; 20; João 17:2; Heb.9:12,15.

VI. Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua encarnação; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.
Gal. 4:45; Gen. 3:15; Heb. 3:8.

VII. Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio: contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.
João 10:17-18; I Ped. 3:18; Heb. 9:14; At. 20:28; João 3:13

VIII. Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação.
João 6:37; 39 e 10:15-16; I João 2:1; João 15:15; Ef. 1:9; João 17:6; II Cor. 4:13; Rom. 8:9, 14 e 15:18-19; João 17:17; Sal. 90:1; I Cor. 15: 25-26; Col. 2:15; Luc. 10: 19.

CAPÍTULO IX DO LIVRE ARBITRIO

I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza.
Tiago 1:14; Deut. 30:19; João 5:40; Mat. 17:12; At. 7:51; Tiago 4:7.

II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder.
Ec. 7:29; Col. 3: 10; Gen. 1:26 e 2:16-17 e 3:6.

III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.
Rom. 5:6 e 8:7-8; João 15:5; Rom. 3:9-10, 12, 23; Ef. 2:1, 5; Col. 2:13; João 6:44, 65; I Cor. 2:14; Tito 3:3-5.

IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.
Col. 1: 13; João 8:34, 36; Fil. 2:13; Rom. 6:18, 22; Gal. 5:17; Rom. 7:15, 21-23; I João 1:8, 10.
V. É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.
Ef. 4:13; Judas, 24; I João 3:2.

CAPÍTULO X DA VOCAÇÃO EFICAZ

I. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz,

iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

João 15:16; At. 13:48; Rom. 8:28-30 e 11:7; Ef. 1:5,10; I Tess. 5:9; 11 Tess. 2:13-14; II Cor. 3:3,6; Tiago 1:18; I Cor. 2:12; Rom. 5:2; II Tim. 1:9-10; At. 26:18; I Cor. 2:10, 12; Ef. 1:17-18; II Cor. 4:6; Ezeq. 36:26, e 11:19; Deut. 30:6; João 3:5; Gal. 6:15; Tito 3:5; I Ped. 1:23; João 6:44-45; Sal. 90:3; João 9:3; João 6:37; Mat. 11:28; Apoc. 22:17.

II. Esta vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus e não provem de qualquer coisa prevista no homem; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.

II Tim. 1:9; Tito 3:4-5; Rom. 9:11; I Cor. 2:14; Rom. 8:7-9; Ef. 2:5; João 6:37; Ezeq. 36:27; João 5:25.

III. As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer, Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra.

Gen. 17:7; Sal. 105:8-10; Ezeq. 16:20-21; Luc. 18:15-16; At. 2:39; Gal. 3:29; João 3:8 e 16:7-8; I João 5: 12; At. 4:12.

IV. Os não eleitos, posto que sejam chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo não se chegam nunca a Cristo e portanto não podem ser salvos; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a lei da

religião que professam; o asseverar e manter que podem é muito pernicioso e detestável.

Mat. 13:14-15; At. 28:24; Mat. 22:14; Mat. 13:20-21, e 7:22; Heb. 6:4-5; João 6:64-66, e 8:24; At. 4:12; João 14:6 e 17:3; Ef. 2:12-13; II João 10:1; Gal. 1:8; I Cor. 16:22.

CAPÍTULO XI DA JUSTIFICAÇÃO

I. Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo, quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.

Rom. 8:30 e 3:24, 27-28; II Cor. 5:19, 21; Tito 3:5-7; Ef. 1:7; Jer. 23:6; João 1:12 e 6:44-45; At. 10:43-44; Fil. 1:20; Ef. 2:8.

II. A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadores; não é uma fé morta, mas obra por amor.

João 3:16, 18, 36; Rom. 3:28, e 5:1; Tiago 2:17, 22, 26; Gal. 5:6.

III. Cristo, pela sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados, e, em lugar deles, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles e como a obediência e satisfação dele foram aceitas em lugar deles, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles é só da livre graça, a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores.

Rom. 5:8, 9, 18; II Tim. 2:5-6; Heb. 10:10, 14; Rom. 8:32; II Cor. 5:21; Mat. 3:17; Ef. 5:2; Rom. 3:26; Ef. 2:7.

IV. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo eles não são justificados enquanto o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo.

Gal. 3:8; I Ped. 1:2, 19-20; Gal. 4:4; I Tim. 2:6; Rom. 4:25; I Ped. 1:21; Col. 1:21-22; Tito 3:4-7.

V. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca poderão decair do estado de justificação, poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus. e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.

Mat. 6:12; I João 1:7, 9, e 2:1-2; Luc. 22:32; João 10:28; Sal. 89:31-33; e 32:5.

VI. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeitos. a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.

Gal. 3:9, 13-14; Rom. 4:22, 24.

CAPÍTULO XII DA ADOÇÃO

I. Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome deles, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados, a clamar "Abba, Pai"; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e herdam as promessas, como herdeiros da eterna salvação.

Ef. 1:5; Gal. 4:4-5; Rom. 8:17; João 1: 12; Jer. 14:9; II Cor. 6:18; Apoc. 3:12; Rom. 8:15; Ef. 3:12; Gal. 4:6; Sal. 103:13; Prov. 14:26; Mat. 6:30, 32; Heb. 12:6; Lam. 3:31-32; Ef. 4:30; Heb. 6:12; I Ped. 1: 3-4; Heb. 1: 14.

CAPÍTULO XIII DA SANTIFICAÇÃO

I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são além disso santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadores, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.

I Cor. 1:30; At. 20:32; Fil. 3:10; Rom. 6:5-6; João 17:17, 19; Ef. 5:26; II Tess. 2:13; Rom. 6:6, 14; Gal. 5:24; Col., 1:10-11; Ef. 3:16-19; II Cor. 7:1; Col. 1:28, e 4:12; Heb. 12:14.

II. Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne.

I Tess. 5:23; I João 1:10; Fil. 3:12; Gal. 5:17; I Ped.2:11.

III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.

Rom. 7:23, e 6:14; I João 5:4; Ef. 4:15-16; II Ped. 3:18; II Cor. 3:18, e 7: 1.

CAPÍTULO XIV DA FÉ SALVADORA

I. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.

Heb. 10:39; II Cor. 4:13; Ef. 1:17-20, e 2:8; Mat. 28:19-20; Rom. 10:14, 17; I Cor. 1:21; I Ped. 2:2; Rom. 1:16-17; Luc. 22:19; João 6:54-56; Rom. 6:11; Luc. 17:5, e 22:32.

II. Por essa fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são - aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.

João 6:42; I Tess. 2:13; I João 5:10; At. 24:14; Mat. 22:37-40; Rom. 16:26; Isa. 66:2; Heb. 11:13; I Tim. 6:8; João 1:12; At. 16:31; Gal. 2:20; At. 15: 11.

III. Esta fé é de diferentes graus, é fraca ou forte; pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória, atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo, que é não somente o autor, como também o consumidor da fé.

Rom. 4:19-20; Mat. 6:30, e 5: 10; Ef. 6:16; I João 4:5; Heb. 6:11, 12, 10:22 e 12:2.

CAPÍTULO XV DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

I. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho como a da fé em Cristo.

At. 11: 18; Luc. 24:47; Mar. 1: 15; At. 20:21.

II. Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados, que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos.

Ezeq. 18:30-31 e 34:31; Sal. 51:4; Jer. 31:18-19; II Cor. 7:11; Sal. 119:6, 59, 106; Mat. 21:28-29.

III. Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo, contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão, Ez. 36:31-32 e 16:63; Os. 14:2, 4; Rom. 3:24; Ef. 1: 7; Luc. 13:3, S; At. 17:30,31.

IV. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação, assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente. Rom. 6:23; Mat. 12:36; Isa. 55: 7; Rom. 8:1; Isa. 1: 18.,

V. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.

Sal. 19:13; Luc. 19:8; I Tim. 1:13, 15.

VI. Como todo o homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas, fazendo o que, achará misericórdia, se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.

Sal. 32:5-6; Prov. 28:13; I João 1:9; Tiago 5: 16; Luc. 17:3-4; Josué 7:19; II Cor. 2:8.

CAPÍTULO XVI DAS BOAS OBRAS

I. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.

Miq. 6:8; Rom. 12:2; Heb. 13:21; Mat. 15:9; Isa. 29:13; I Ped. 1:18; João 16:2; Rom. 10:2; 1 Sam. 15:22; Deut. 10:12-13; Col. 2:16, 17, 20-23.

II. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam a sua gratidão, robustecem a sua confiança, edificam os seus irmãos, adornam a profissão do Evangelho, tapam a boca aos adversários e glorificam a Deus, cuja feitura são, criados em Jesus Cristo para isso mesmo, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna.

Tiago 2:18, 22; Sal. 116-12-13; I Ped. 2:9; I João 2:3,5; II Ped. 1:5-10; II Cor. 9:2; Mat. 5:16; I Tim. 4:12; Tito 2:5, 9-12; I Tim. 6:1; I Pedro. 2:12, 15; Fil. 1,11; João 15:8; Ef. 2:10; Rom. 6:22.

III. O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para

obrar neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles.

João 15:4-6; Luc. 11:13; Fil. 2:13, e 4:13; II Cor. 3:5; Ef. 3:16; Fil. 2:12; Heb. 6:11-12; Isa. 64:7.

IV. Os que alcançam pela sua obediência a maior perfeição possível nesta vida estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, que são deficientes em muitas coisas que são obrigados a fazer.

Luc. 17: 10; Gal. 5: 17.

V. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores; e porque, como boas, procedem do Espírito e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente, o nosso dever, e somos servos inúteis.

Rom. 3:20, e 4:2,4, 6; Ef. 2:8-9; Luc. 17:10; Gal. 5:22-23; Isa. 64-6; Sal. 143, 2, e 130:3.

VI. Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas nele as boas obras deles, não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus, mas porque Deus considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.

Ef. 1:6; I Ped. 2:5; Sal. 143:2; II Cor. 8:12; Heb. 6:10; Mat. 2,5:21, 23.

VII. As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a si mesmos como aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a palavra; - nem para um fim justo - a glória de Deus; são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.

II Reis 10:30, 31; Fil. 1:15-16, 18; Heb. 11:4, 6; Mar. 10:20-21; I Cor. 13:3; Isa. 1:12; Mat. 6:2, 5, 16; Ag. 2:14; Amós 5:21-22; Mar. 7:6-7; Sal. 14:4; e 36:3; Mat. 2,5:41-45, e 23:23.

CAPÍTULO XVII DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos.

Fil. 1: 6; João 10: 28-29; I Ped. 1:5, 9.

II. Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade. ,

II Tim. 2:19; Jer. 31:3; João 17:11, 24; Heb 7:25; Luc. 22:32; Rom. 8:33, 34, 38-39; João 14:16-17; I João 2:27 e 3:9; Jer. 32:40; II Tess. 3:3; I João 2:19; João 10:28.

III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas

graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

Sal. 51:14; Mat. 26:70-74; II Sam. 12:9, 13; Isa. 64:7, 9; II Sam. 11:27; Ef. 6:30; Sal. 51:8, 10, 12; Apoc. 2:4; Isa. 63:17; Mar. 6:52; Sal. 32:3-4; II Sam. 12:14; Sal. 89:31-32; I Cor. 11:32.

CAPÍTULO XVIII DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

I. Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará.

Deut. 29:19; Miq. 3:11; João 5:41; Mat. 8:22-23; I João 2:3 e 5: 13; Rom. 5:2, S; II Tim. 4:7-8.

II. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção.

Heb. 6:11, 17-19; I Ped. 1:4-5, 10-11; I João 3:14; Rom.8:15-16; Ef.1: 13-14, e 4:30; II Cor.1:21-22.

III. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária,

no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.

I João 5:13; I Cor. 2:12; I João 4:13; Heb. 6:11-12; II Ped. 1:10; Rom. 5:1-2, 5. 14:17, e 15:13; Sal. 119:32; Rom. 6:1-2; Tito 2:11-12, 14; II Cor. 7: 1; Rom. 8: 1; 12; I João 1:6-7, e 3:2-3.

IV. Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto.

Sal. 51: 8, 12, 14; Ef. 4:30; Sal. 77: 1-10, e 31:32; I João 3:9; Luc. 22:32; Miq. 7:7-9; Jer. 32:40; II Cor. 4:8-10.

CAPÍTULO XIX DA LEI DE DEUS

I. Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la.

Gen. 1:26, e 2:17; Ef. 4:24; Rom. 2:14-15, e 10:5, e 5:12, 19.

II. Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus e os outros seis os nossos deveres para com o homem.

Tiago 1:25 e 2:8, 10; Deut. 5:32, e 10:4; Mat. 22:37-40.

III. Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerado uma igreja sob a sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais, estão todas abrogadas sob o Novo Testamento.

Heb.10:1; Gal. 4:1-3; Col. 2:17; Exo. 12:14; I Cor.5:7; II Cor. 6:17; Col. 2:14, 16-17; Ef. 2:15-16.

IV. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Exo. 21, e 22:1-29; Gen. 49:10; Mat. 5:38-39.

V. A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Cristo, no Evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma.

I João 2:3-4, 7; Rom. 3:31; Tiago, 2:8, 10, 11; Rom-. 3:19- Mat. 5:18-19.

VI. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluições da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas, de maneira que eles,

examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênção podem esperar, obedecendo, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça.

Rom. 6:14, e 8:1; Gal. 3:13; Rom. 7:12, 22, 25; Sal. 119:5; I Cor. 7:19; Rom. 7:7, e 3:20; Tiago 1:23, 25; Rom. 7:9, 14, 24; Gal. 3:24; Rom. 8:3-4; Rom. 7:25; Tiago 2:11; Esdras 9:13-14; Sal. 89:30-34 e 37:11, e 19:11; Gal. 2:16; Luc. 17:10; Rom. 6:12, -14; Heb. 12:28-29; I Ped. 3:8-12; Sal. 34:12, 16.

VII. Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente condizem com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer se faça.

Gal. 3:21; Ezeq. 36:27; Heb. 5:10.

CAPÍTULO XX

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

I. A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral e em serem livres do poder deste mundo, do cativeiro de Satanás, do domínio do pecado, do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da

sepultura e da condenação eterna: como também em terem livre acesso a Deus, em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei, mas sob o Evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica, e tendo maior confiança de acesso ao trono da graça e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam.

Tito 2:14; I Tess. 1: 10; Gal. 3:13; Rom. 8: 1; Gal. 1:4; At. 26:18; Rom. 6:14; I João 1:7; Sal. 119:71; Rom. 8:28; I Cor. 15:54-57; Rom. 5: 1-2; Ef. 2:18 e 3:12; Heb. 10: 19; Rom. 8:14. 15; Gal. 6:6; I João 6:18; Gal. 3:9, 14, e 5: 1; At. 15: 10; Heb. 4:14, 16, e 10: 19-22; João 7:38-39; Rom. 5:5.

II. Só Deus é senhor da consciência, e ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela. Assim crer tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos como coisa de consciência é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e a mesma razão.

Rom. 14:4, 10; Tiago 4:12; At. 4:19, e 5:29; Mat. 28:8-10; Col. 2:20-23; Gal. 1: 10, e 2:4-5, e 4:9-10, e 5: 1;. Rom. 14:23; At. 17:11; João 4:22; Jer. 8:9; I Ped. 3: 15.

III. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem por isso mesmo o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante dele todos os dias da nossa vida.

Luc. 1:74-75; Rom. 6:15; Gal. 5:13; I Ped. 2:16; II Ped. 3: 15.

IV. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros,

resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas.

I Ped. 2:13-16; Heb. 13:17; Mat. 18:15-17; II Tess.3:14; Tito3:10; I Cor. 5:11-13; Rom. 16:17; II Tess. 3:6.

CAPÍTULO XXI

DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO

I. A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.

Rom. 1:20; Sal. 119:68, e 31:33; At. 14:17; Deut. 12:32; Mat. 15:9, e 4:9, 10; João 4:3, 24; Exo. 20:4-6.

II. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo - e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo.

João 5:23; Mat. 28:19; II Cor. 13:14; Col. 2:18; Apoc 19:10; Rom. 1:25; João 14:6; I Tim. 2:5; Ef. 2:18; Col. 3:17.

III. A oração com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho, pelo auxílio do seu Espírito, segundo a sua vontade, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes.

Fil. 4:6; I Tim. 2:1; Col. 4:2; Sal. 65:2, e 67:3; I Tess. 5:17-18; João 14:13-14; I Ped. 2:5; Rom. 8:26; Ef. 6:8; João 5:14; Sal. 47:7; Heb. 12:28; Gen. 18:27; Tiago 5:16; Ef. 6:18; I Cor. 14:14.

IV. A oração deve ser feita por coisas lícitas e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro; mas não pelos mortos, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.

Mat. 26:42; I Tim. 2:1-2; João 17:20; II Sam. 7:29, e 12:21-23; Luc. 16:25-26; I João 5: 16.

V. A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso.

At. 15:21; Apoc. 1:3; II Tim. 4:2; Tiago 1:22; At. 10:33; Heb. 4:2; Col. 3:16; Ef. 5:19; Tiago 5:13; At. 16:25; Mat. 28:19; At. 2:42; Deut. 6:13; Ne. 10:29; Ec. 5:4-5; Joel 2:12; Mat. 9:15.

VI. Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar, em espírito e verdade - tanto em famílias diariamente e em secreto, estando cada um sozinho, como também mais solenemente em assembléias públicas, que não devem ser descuidosas, nem voluntariamente desprezadas

nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporciona ocasião.

João 5:21; Mal. 1:11; I Tim. 2:8; João 4:23-24; Jer. 10: 25; Jó 1:5; II Sam. 6:18-20; Deut. 6:6-7; Mat. 6: 11, e 6:6; Isa. 56:7; Heb. 10:25; Prov. 5:34; At. 2:42.

VII. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens em todos os séculos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (descanso) santificado por Ele; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou dia do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.

Exo. 20:8-11; Gen. 2:3; I Cor. 16:1-2; At. 20:7; Apoc.1:10; Mat. 5: 17-18.

VIII. Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, palavras e pensamentos a respeito dos seus empregos seculares e das suas recreações, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia.

Exo. 16:23-26,29:30, e 31:15-16; Isa.58:13.

CAPÍTULO XXII

DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

I. O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.

Deut. 10:20; Exo..20:7; Lev. 19:12; II Cor. 1:23; II Cron. 6:22-23.

II. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável, contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.

Deut. 6:13; Jer. 5:7; Mat. 5:34,.37; Tiago 5:12; Heb. 6:16; I Reis 5:31; Esdras 10:5.

III. Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se tão somente por aquilo que é justo e bom e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal.

Jer. 4:2; Gen. 24:2-3; 9; Ne.5: 12.

IV. O juramento deve ser prestado conforme o sentido claro e óbvio das palavras, sem equívoco ou restrição mental. Não pode obrigar a pecar, mas sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura. Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis.

Sal. 24:4, e 15:4; Ezeq. 17:16, 18.

V. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprindo com igual fidelidade.

Isa. 19:21; Ec. 5:4-6; Sal. 66:13-14.

VI. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias

recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.

Sal. 76:1 1; Deut. 23:21, 23; Sal. 50:14.

VII. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus; por isso os votos monásticos que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embarçar-se.

At. 23:12; Mar. 6:26; I Cor. 2:9; Ef. 4:28; I Tess. 4:11-12; I Cor. 7:23.

CAPÍTULO XXIII DO MAGISTRADO CIVIL

I. Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores.

Rom. 13:1-4; I Ped. 2:13-14.

II. Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamado; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutares de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem lícitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.

Prov. 8:15-16; Sal. 82:3-4; II Sam. 23:3; Luc. 3:14; Mat. 8:9-10; Rom. 13:4.

III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor,

sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embarçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembléias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas. Heb. 5:4; II Cron. 26:18; Mat. 16:19; I Cor. 4:1-2; João 15:36; At. 5:29; Ef. 4:11-12; Isa. 49:23; Sal. 105:15; 11 Sam. 23:3.

IV. É dever do povo orar pelos magistrados, honrar as suas pessoas, pagar-lhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.

I Tim. 2:1-3; II Ped. 2:17; Mat. 22:21; Rom. 13:2-7, e 13:5; Tito 3:1; I Ped. 2:13-14, 16; Rom. 13:1; At. 25:10-11; II Tim. 2:24; I Ped. 5:3.

CAPÍTULO XXIV DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.

Gen. 2:24; Mat. 19:4-6; Rom. 7:3.

II. O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.

Gen. 2:18, e 9:1; Mal.2:15; I Cor. 7:2,9.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas.

Heb. 13:4; I Tim. 4:3; Gen.24:57-58; I Cor. 7:39; II Cor. 6:14.

IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consaguinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.

I Cor. 5:1; Mar. 6:18; Lev. 18:24, 28.

V. O adultério ou fornicação cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.

Mat., 1: 18-20, e 5:31-32, e 19:9.

VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil; para a dissolução do matrimônio é necessário

haver um processo público e regular. não se devendo deixar ao arbítrio e discreção das partes o decidirem seu próprio caso.

Mat. 19:6-8; I Cor. 7:15; Deut. 24:1-4; Esdras 10:3.

CAPÍTULO XXV DA IGREJA

I. A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.

Ef. 1: 10, 22-23; Col. 1: 18.

II. A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

I Cor. 1:2, e 12:12-13.; Sal .2:8; I Cor. 7 :14; At. 2:39; Gen. 17:7; Rom. 9:16; Mat. 13:3 Col. 1:13; Ef. 2:19, e 3:15; Mat. 10:32-33; At. 2:47.

III. A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.

Ef. 4:11-13; Isa. 59:21; Mat. 28:19-20.

IV. Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme neles é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público.

Rom. 11:3-4; At. 2:41-42; I Cor. 5:6-7.

V. AS igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.

I Cor. 1:2, e 13:12; Mat. 13:24-30, 47; Rom. 11:20-22; Apoc. 2:9; Mat. 16:18.

VI. Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus. Col. 1:18; Ef. 1:22; Mat. 23:8-10; I Ped. 5:2-4; II Tess. 2:3-4.

CAPÍTULO XXVI DA COMUNHÃO DOS SANTOS

I. Todos os santos que pelo seu Espírito e pela fé estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com Ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.

I João 1:3; Ef. 3:16-17; João 1:16; Fil. 3:10; Rom. 6:56, e 8:17; Ef. 4:15-16; I Tess. 5:11, 14; Gal. 6:10.

II. Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Heb. 10:24-25; At. 2:42, 46; I João 3:17; At. 11:29-30.

III. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância da sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer respeito; afirmar uma ou outra coisa, é ímpio e blasfemo. A sua comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões.

Col. 1:18; I Cor. 8:6; I Tim. 6:15-16; At. 5:4.

CAPÍTULO XXVII DOS SACRAMENTOS

I. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra.

Rom. 6:11; Gen. 17:7-10; Mat. 28:19; I Cor. 11:23, e 10:16, e 11:25-26; Exo. 12:48; I Cor. 10:21; Rom. 6:3-4; I Cor. 10:2-16.

II. Em todo o sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.

Gen. 17:10; Mat. 26:27-28; Tito 3:5.

III. A graça significada nos sacramentos ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer, poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles,

contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem.

Rom. 2:28-29; I Ped. 3:21; Mat. 3:11; I Cor. 12:13; Luc. 22:19-20; I Cor. 11:26.

IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados.

Mat. 28:19; I Cor. 11: 20, 23-34; Heb. 5:4.

V . Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento. I Cor. 10: 1-4.

CAPÍTULO XXVIII DO BATISMO

I. O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao fim do mundo.

Mat. 28:19; I, Cor. 12:13; Rom. 4:11; Col. 2:11-12; Gal. 3:27; Tito 3:5; Mar. 1:4; At. 2:38; Rom. 6:3-4; Mat. 28:19-20.

II. O elemento exterior usado neste sacramento, é água com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

At. 10:47, e 8:36-38; Mat. 28:19.

III. Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão.

At. 2:41, e 10:46-47, e 16:33; I Cor. 10:2.

IV. Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele, mas os filhos de pais crentes (embora só um deles o seja) devem ser batizados.

At. 9:18; Gen. 17:7, 9; Gal. 3:9, 14; Rom. 4:11-12; At. 2:38-39.

V. Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo os que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados.

Luc. 7:30; Exo. 4:24-26; Deut. 28:9; Rom. 4:11; At. 8:13, 23.

VI. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado.

João 3:5, 8; Gal. 3:27; Ef. 5:25-26.

VII. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.

Tito 3:5.

CAPÍTULO XXIX DA CEIA DO SENHOR

I . Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao Fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte Ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico.

I Cor. 11:23-26, e 10: 16-17, 21, e 12:13.

II. Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que Ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos. Heb. 9:22, 25-26, 28; Mat. 26:26-27; Luc. 22:19-20; Heb. 7:23-24, 27, e 10:11-12, 14, 18.

III. Nesta ordenança o Senhor Jesus constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice dele participando também e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação. Mar. 14:22-24; At. 20:7; I Cor. 11:20.

IV. A missa ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo. I Tim. 1:3-4; I Cor. 11:25-29; Mat. 15:9.

V. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que verdadeira, mas só sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; porém em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes. Mat. 26:26-28; I Cor. 11:26-28.

VI. A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou

por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão, destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria. At. 3:21; I Cor. 11:24-26; Luc. 24:6, 39.

VII. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais. I Cor. 11:28, e 10:16.

VIII. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor para a sua própria condenação; portanto eles como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado. I Cor. 11:27, 29, e 10:21; II Cor. 6:14-16; I Cor. 5:6-7, 13; II Tess. 3:6, 14-15; Mat. 7:6.

CAPÍTULO XXX DAS CENSURAS ECLESIÁSTICAS

I. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil. Isa. 9:6-7; I Tim. 5:17; I Tess. 5:12; At. 20:17, 28; I Cor. 12:28.

II. A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remittir

pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.

Mat.16:19,e18:17-18;João 20:21-23;II Cor.2:6-8.

III. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores para impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os seios dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.

I Cor. S; I Tim. 5:20; e 1:20; Judas 23.

IV. Para melhor conseguir estes fins, os oficiais da Igreja devem proceder na seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor e exclusão da Igreja.

Mat. 18:17; ITess.5:12; II Tess. 3:6,14-15; I Cor. 5:4-5;13.

CAPÍTULO XXXI DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

I. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembléias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembléias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.

At.15:2, 4, 6 e 20:17, 28; Apoc. 2:1-6.

II. Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja, receber queixas em caso de má

administração e autoritativamente decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a palavra de Deus, devem ser recebidas com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra.

At. 16:4, e 15:27-31.

III. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.

At. 17:11; I Cor. 2:5; II Cor. 1:24.

IV. Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo.

Luc. 12:13-14; João 18:36; Mat. 11:21.

CAPÍTULO XXXII DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

I. Os corpos dos homens, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção; mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus onde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão, em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

Gen. 3:19; At. 13:36; Luc. 23:43; Ec. 12:7; Apoc. 7:4, 15; II Cor. 5: 1, 8; Fil. 1:23; At. 3:21; Ef. 4:10; Rom. 5:23; Luc. 16:25-24.

II. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre.

I Tess. 4:17; I Cor. 15:51-52, e 15:42-44.

III. Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra, os corpos dos justos serão pelo seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dele.

At. 24:15; João 5:28-29; Fil. 3:21.

CAPÍTULO XXXIII DO JUÍZO FINAL

I. Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo.

At. 17:31 ; João 5:22, 27; Judas 6; II Ped. 2:4; II Cor. 5:10; Ec. 12:14; Rom. 2:16, e 14:10, 12; Mat. 12:36-37.

II. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes. Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder.

Rom. 9:23; Mat. 2.5:21; Rom. 2:5-6; II Tess. 1:7-8; Mat. 25:31-34; At. 3:19.

III. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer - "Vem logo, Senhor Jesus". Amém.

II Ped. 3:11, 14; II Cor. 5:11; II Tess. 1:5-7; Luc. 21:27-28; Mat. 24:36, 42-44; Mar. 13:35-37; Luc. 12:35-36; Apoc. 22:20.

Apêndice

PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS

Considerando a conveniência de exprimir claramente a doutrina da Igreja a respeito do Espírito Santo, das Missões e do amor de Deus para com todos os homens, foram acrescentados os seguintes capítulos:

CAPÍTULO XXXIV DO ESPÍRITO SANTO

I. O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-Lo, obedecê-Lo e adorá-Lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos.

Mt. 3:16-17; Mt. 28:19; II Cor. 13:13; Jo. 15:26 e 16:13, 14 e 17:24.

II. É Ele o Senhor e Doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens. Por Ele os Profetas foram levados a falar a Palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um

modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do Evangelho foi-lhe entregue de um modo especial. O Espírito Santo prepara o caminho para o Evangelho, acompanhado com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo.

Rom. 8:2; Gn.1:2; Sl.139:7; Jo.16:13,14; II Pe. 1:19-21; Jo. 14:16 e 16:7-11; At.7:51-53.

III. O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que Lho pedirem, é o único agente eficaz na aplicação da redenção. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé. Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e Santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os graciosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até o dia da redenção.

Lc.11:13; At.1:5; At.5:32; Jo.16:8; At.2:37,38; Tt.3:4-7; At.8:29,37; I Cor.12:13 e 3:16,17; Rom.8:15; Ef.4:30.

IV Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na Igreja, que é o seu corpo. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais na Igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros. Ele torna eficazes a Palavra e as ordenanças do Evangelho. Por Ele a Igreja será preservada e aumentada até cobrir a face da terra, será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus.

Ef.1:22,23; At.20:28; I Cor.12:11; Ef.5:27.

CAPÍTULO XXXV

DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

I. Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um

caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho.

Jo.3:16; I Tim.4:10; Mc.16:15

II. No Evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação do Seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça.

Jo.3:16 e 14:6; At.4:12; I Jo.5:12; Mc.16:15; Ef.2:4,8,9.

III. As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o Evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação: porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição.

Jo.5:24 e 3:18.

V. Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no Evangelho e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à Palavra de Deus, Cristo comissionou a sua Igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do Reino de Cristo por todo o mundo.

Jo.14:6; At.4:12; Rom.10:17; Mt.28:19,20; I Cor.4:2; II Cor.9:6,7,10.

NOTA HISTÓRICA

Desde Julho de 1643 até Fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na história pelo nome de Assembléia de Westminster. Este Concílio foi convocado pelo Parlamento Inglês, para preparar

uma nova base de doutrina e forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para a Igreja do Estado nos Três Reinos.

Em um sentido, a ocasião não foi propícia. Já começara a luta entre o Parlamento e o rei Carlos I, e durante as sessões do Concílio o país foi agitado pela revolução em que o rei perdeu a vida e Cromwell tomou as rédeas do governo. Em outro sentido, a ocasião foi oportuna. Os teólogos mais eruditos daquele tempo tomaram parte nos trabalhos da Assembléia. A Confissão de Fé e os Catecismos foram discutidos ponto por ponto, aproveitando-se o que havia de melhor nas Confissões já formuladas, e o resultado foi a organização de um sistema de doutrina cristã baseado na Escritura e notável pela sua coerência em todas as suas partes.

O Parlamento não conseguiu o que almejava quando nomeou os membros do Concílio. A Confissão de Fé foi aprovada, mas apenas poucos meses a Igreja Presbiteriana foi nominalmente a Igreja do Estado na Inglaterra.

A Confissão de Westminster foi a última das confissões formuladas durante o período da Reforma. Até agora tem havido na história da Igreja somente dois períodos que se distinguiram pelo número de credos ou confissões que neles foram produzidos. O primeiro pertence aos séculos IV e V, que produziram os credos formulados pelos concílios ecumênicos de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia; o segundo sincroniza com o período da Reforma. Os símbolos do primeiro período chamam-se "credos", os do segundo "confissões". Uma comparação entre o Credo dos Apóstolos, por exemplo, e a Confissão de Westminster mostrará a diferença. O Credo é a fórmula de uma fé pessoal e principia com a palavra "Creio". A Confissão de Fé de Westminster segue o plano adotado no tempo da Reforma, é mais elaborada e apresenta um pequeno sistema de teologia. Esse sistema é conhecido pelo nome de Calvinismo, por ser o que João Calvino ensinou, e foi aceito pelas Igrejas Reformadas, que diferiam das Luteranas.

A utilidade de uma Confissão de Fé evidenciou-se na história das Igrejas Reformadas ou Presbiterianas. Sendo a Confissão de Westminster a mais perfeita que elas têm podido formular, serve de laço de união e estreita as relações entre os presbiterianos de todo o mundo. Os Catecismos especialmente têm servido para doutrinar a mocidade nas puras verdades do Evangelho.

No tempo em que se reuniu a Assembléia, e por muito tempo antes, todos sustentavam a necessidade da união da Igreja e do Estado, e originalmente havia no Capítulo que trata do Magistrado Civil uma seção ensinando essa necessidade.

Ao formar-se a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, em 1788, essa seção foi omitida, pois ali quase todos entendiam que a Igreja devia estar livre de toda união com o Estado, sendo ambos livres e independentes na esfera que lhes pertence. Em 1887, ou quase cem anos mais tarde, a Igreja geralmente chamada Igreja do Norte eliminou a última parte da Seção IV do Capítulo XXIV, que dizia:

"O viúvo não pode desposar nenhuma parente carnal de sua mulher nos graus de parentesco em que não possa desposar uma das suas próprias parentes, nem a viúva poderá casar-se com um parente carnal de seu marido nos graus de parentesco em que não possa casar-se com um de seus próprios parentes".

O Sínodo do Brasil organizado em 1888, fez igual eliminação.

No ano 1903 a mesma Igreja do Norte dos Estados Unidos fez outras emendas mais importantes que, por serem de interesse geral, ficam aqui registradas. As duas Seções que foram modificadas, rezam do modo seguinte:

CAPÍTULO XVI. SECÃO VII

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam quanto à matéria. coisas que Deus ordena e em si mesmas louváveis e úteis, e embora o negligenciá-las seja pecaminoso e ofensivo a Deus, não obstante, em razão, de não procederem de um coração purificado

pela fé, elas não são feitas devidamente - segundo a Palavra - nem para um fim justo - a glória de Deus - ficam aquém do que Deus exige e não podem preparar homem algum para receber a graça de Deus.

CAPÍTULO XXV, SEÇÃO VI

Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra a nosso Senhor Jesus Cristo.

A AUTORIDADE DA CONFISSÃO DE FÉ E DOS CATECISMOS

Pessoas há que estranham adotar a Igreja Presbiteriana uma Confissão de Fé e Catecismo como regra de fé, quando sustenta sempre ser a Escritura Sagrada sua única regra de fé e de prática. A incoerência é apenas aparente. A Igreja Presbiteriana coloca a Bíblia em primeiro lugar. É ela só que deve obrigar a consciência. É também princípio fundamental da Igreja Presbiteriana que toda autoridade eclesiástica é ministerial e declarativa; que todas as decisões dos concílios devem harmonizar-se com a revelação divina. A consciência não se deve sujeitar a essas decisões se forem contrárias à Palavra de Deus.

Ainda outro princípio da mesma Igreja é que os concílios, sendo compostos de homens falíveis, podem errar, e muitas vezes têm errado. Suas decisões, portanto, não podem ser recebidas como regra absoluta e primária de fé e prática; servem somente para ajudar na crença ou na conduta que se deve adotar. O supremo juiz de todas as controvérsias, em matéria religiosa, é o Espírito Santo falando na e pela Escritura. Por esta, pois, devem-se julgar toda e qualquer decisão dos concílios e toda e qualquer doutrina ensinada por homens.

Admitir-se a falibilidade dos concílios não é depreciar a autoridade da Confissão de Fé e dos Catecismos para aqueles que de livre

vontade os aceitem. Admitindo tal, a Igreja somente declare que depende do Autor da Escritura, e recebe a direção do seu Espírito na interpretação da Palavra e nas fórmulas de aplicar suas doutrinas. A Igreja Presbiteriana sustenta que a Escritura é a suprema e infalível regra de fé e prática; e também que a Confissão de Fé e os Catecismos contêm o sistema de doutrina ensinado na Escritura, e dela deriva toda a sua autoridade e a ela tudo se subordina.

É justamente porque cremos que a Confissão de Fé e os Catecismos estão em harmonia com a Escritura, nossa regra infalível, que os aceitamos. Não existem, pois, na Igreja Presbiteriana, duas regras de fé, mas uma só, suprema e infalível. As outras fórmulas são subordinadas e falíveis, necessárias para a pureza, governo e disciplina da Igreja. Assim a experiência de muitos séculos o tem demonstrado.